

JAEME LUIZ CALLAI

ESTUDO DA DINÂMICA POPULACIONAL DE IJUÍ(RS), 1890-1970.

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil, na área de História Demográfica, sob a orientação da Prof.^a Altiva Pilatti Balhana.

Universidade Federal do Paraná

1980

À Helena, Andréia e Tomás agradeço
pelas dificuldades que comigo com-
partiram na execução deste traba -
lho.

ESTOU SEGURO

... o muito que me falta
para saber ajudar na construção
do edifício humano da alegria
— não aprenderei, estou seguro,
indo às fontes dos clássicos
nem na compreensão científica perfeita
de tua formação social, minha pátria amada;
muito menos nessas discussões teóricas,
que ainda me fascinam tanto, mas já não tanto,
em que os elegantes cientistas sociais
se comprazem em transformar
crianças que morrem de fome
— São trezentas por minuto
só na América Latina —
em precioso e químico elemento
para uma argumentação brilhante

Não.

Há de ser, estou seguro,
porque o pouco que aprendi já me ensinou
tratando de ser, a cada instante mais,
um homem capaz de amar,
capaz de ser irmão, não só com lindas palavras,
dos que ainda sequer sabem que o amor é possível
e que a alegria se reparte como o pão.

Thiago de Mello

QUADRO DA MATÉRIA

INTRODUÇÃO	1
1. <u>FONTES DOCUMENTAIS</u>	4
2. <u>QUADRO ANALÍTICO</u>	12
3. <u>DINÂMICA POPULACIONAL DE IJUÍ</u>	26
3.1 - MOVIMENTO SOCIAL	27
3.1.1 - A Imigração	29
3.1.2 - A Emigração	47
3.2 - MOVIMENTO VITAL	64
3.2.1 - A Fecundidade	68
3.2.2 - A Reconstituição de Famílias	74
3.3 - A DINÂMICA E A ESTRUTURA POPULACIONAIS DE IJUÍ...	82
<u>CONCLUSÕES</u>	87
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	93

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 - Saldo Líquido Migratório nos períodos <u>in</u> ter-censitários. Ijuí, 1896-1970	28
Quadro nº 2 - Imigrantes oficiais recebidos pelo Rio Grande do Sul e Ijuí. 1890-1911	32
Quadro nº 3 - Ocupação do solo na Colônia de Ijuí. 1899-1911	36
Quadro nº 4 - Entrada de imigrantes no Brasil e desti- nados a São Paulo e Rio Grande do Sul . 1820-1955	40
Quadro nº 5 - Composição relativa do valor da produção agrícola em Ijuí. 1914-1969	56
Quadro nº 6 - Número de propriedades e área média em ha. Ijuí, 1920-1970	57
Quadro nº 7 - Taxas Brutas de Natalidade e Coeficiente Geral de Fecundidade em Ijuí e Rio Gran- de do Sul	70
Quadro nº 8 - Frequência percentual de nascimento do primogênito, observado o intervalo em <u>me</u> ses entre o casamento e o nascimento do primogênito.....	78
Quadro nº 9 - Número médio de filhos por família segun- do o número de anos da sociedade conju - gal. Cartório da Vila de Dr. Bozano , 1925-1970	79

Quadro nº 10 - Distribuição percentual da população se	
gundo o sexo, total e por grupo de Idade.	
Ijuí, 1896-1970	83

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico nº 1 - Evolução das Taxas Geométricas Anuais de crescimento social e crescimento vegetativo da população de Ijuí. 1896-1970....	29
Gráfico nº 2 - Taxas Geométrica de crescimento da população urbana e rural do Município de Ijuí. 1914-1970.....	53
Gráfico nº 3 - Movimento anual de nascimentos e óbitos do município de Ijuí. 1890-1970.....	65
Gráfico nº 4 - Evolução da Taxa Bruta de Natalidade e da Taxa Bruta de Mortalidade de Ijuí, 1914-1970.....	66
Gráfico nº 5 - Taxa Bruta de Natalidade e Taxa Geral de Fecundidade (‰) e percentual das mulheres em Idade de Procriar (15-49 anos) da população feminina de Ijuí.....	72
Gráfico nº 6 - Evolução do Coeficiente Geral de Fecundidade, da área média das propriedades rurais e frequência de emigrantes por 1.000 nascidos vivos em Ijuí.....	74
Gráfico nº 7 - Idade Média ao Casar, Cartório de Dr. Bozano. Ijuí, 1925-1970	77
Gráfico nº 8 - Repartição da população por grupo de idade, Ijuí, 1896-1970	84

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO nº 1 - Movimento anual de nascimentos, Ijuí -
1890-1970
- ANEXO nº 2 - Movimento anual de óbitos, Ijuí - 1890-
1970
- ANEXO nº 3 - Movimento anual de casamentos, Cartório
de Registro Civil de Dr. Bozano (Ijuí).
1925-1970
- ANEXO nº 4 - Distribuição por idade e sexo da popula-
ção residente em Ijuí, segundo os vá -
rios censos
- ANEXO nº 5 - Distribuição da população ijuiense se -
gundo a localização
- ANEXO nº 6 - Distribuição da população segundo gru -
pos de idade, total e por sexo. Ijuí,
1896-1970
- ANEXO nº 7 - Fichas de "Reconstituição de Família" ,
modelo proposto por HENRY e FLEURY.

INTRODUÇÃO

O presente estudo responde às exigências de elaboração de dissertação para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil, opção por História Demográfica, do Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná. A orientação do mesmo esteve aos cuidados da Profa. Altiva Pilatti Balhana, que nesse período todo, com conhecimento e zelo, contribuiu sobremodo para a realização da dissertação. Obviamente, os equívocos são do autor, não cabendo à Profa. Orientadora qualquer responsabilidade em relação aos mesmos.

Como objeto de estudo foi eleita a população de Ijuí (RS). Ijuí, hoje município, foi criado no ano de 1890 como "Colônia Oficial" da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; representa o primeiro esforço, e bem sucedido, de ocupação das matas do Planalto Rio-grandense. A partir de então abre-se nova fronteira agrícola no estado e consolidam-se a ocupação e a exploração econômica do mesmo.

O estudo dessa área, do ponto de vista da dinâmica populacional, justifica-se de dupla forma: seu caráter de pioneirismo como esforço deliberado de ocupação de áreas devolutas, do ponto de vista da exploração capitalista e, do outro lado, pela identificação do autor com a própria área. Neste sentido o estudo da população ijuiense é continuidade do esforço de compreensão do processo de desenvolvimento ocorren

te na região noroeste do Rio Grande do Sul. Esforço que vem sendo desenvolvido, fazem alguns anos, pelo Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, ao qual o autor está adscrito como professor.

Ao privilegiar o estudo da dinâmica populacional tem-se presente a riqueza de informações que é possível reconstituir com a exploração do Registro Civil e dos Censos Nacionais e Locais; há ainda a possibilidade de uma clara delimitação do período, especialmente em seu marco inicial, e da área a que a população encontra-se circunscrita. Efetivamente a Colônia de Ijuhy Grande, o município de Ijuí e, posteriormente, os municípios de Ijuí, Augusto Pestana e Ajuricaba estes (estes, desmembrados daquele) correspondem sempre a uma mesma área geográfica. A par das fontes documentais acima citadas contou-se com a existência de relatórios, publicações avulsas, documentação variada, e testemunhas oculares que permitem reconstituir grande parte da evolução histórica da área.

O estudo da dinâmica populacional de Ijuí é assumido numa perspectiva analítica que procura compreender e explicar o desenvolvimento da população enquanto fenômeno social. Isto é, a população desenvolve-se de forma articulada com as relações sociais vigentes na sociedade em que está inserida. Não há uma dinâmica populacional única, diferenciada, que permeie todos os segmentos sociais. Faz-se necessário recuperar o sentido da dinâmica populacional. Não como resultado da compulsão biológica da reprodução hu-

mana, ou da propensão para migrar fruto do "espírito em -
preendedor" do homem, mas como resultante do esforço humano
em apropriar-se da natureza e, especialmente, da possibili-
dade de acesso aos bens socialmente produzidos.

A ocupação da área e seu desenvolvimento estão
visceralmente ligados ao próprio desenvolvimento capitalis-
ta brasileiro.

A análise aqui realizada representou uma especial
oportunidade para iniciar o estudo da história de Ijuí e
mesmo como exercício de apreensão do instrumental metodolô-
gico que a demografia histórica tem desenvolvido. Por últi-
mo cabe acrescentar que o presente relatório possibilita aos
estudiosos o conhecimento do trabalho realizado e a formula-
ção das críticas que se fazem necessários.

1 - FONTES DOCUMENTAIS

A demografia histórica supõe a existência de séries de informações que permitam a apreensão a um só tempo dos movimentos de conjuntura e das estruturas demográficas' que caracterizam a referida população. As fontes demográficas, segundo LOUIS HENRY, podem ser classificadas em três categorias, de acordo com sua natureza e disponibilidade . São elas, fontes do período: pré-estatístico, proto-estatístico e estatístico.

"A baliza para a passagem do primeiro para o segundo é, o aparecimento de estatísticas vitais ou censitárias de toda a ordem, existentes em séries contínuas, longas, representativas e universais(....) O período estatístico abre-se em cada país, com a inauguração de seu primeiro recenseamento geral, nacional e com caráter de levantamento periódico".¹

Utilizam-se no presente estudo fontes documentais características do período estatístico - Censos Nacionais e Censos Locais - e mais o Registro Civil, o Registro Eclesiástico e Mapas Estatísticos dos imigrantes. Estas fontes documentais, distintas pela própria natureza, são também de diversa qualidade quanto a fidedignidade na cobertura do universo que pretendem refletir.

1. MARCÍLIO, Maria Luiza. Introdução. In: Org. Demografia histórica. São Paulo, Pioneira, 1979. p. 19-20

O Brasil realiza seu primeiro Recenseamento Geral em 1872, seguindo-se os dos anos de 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970. A realização desses recenseamentos, considerando-se as dimensões do país, o isolamento de parcelas da população, a desconfiança, quando não a resistência das pessoas em fornecer as informações, os erros de memória, e, mesmo, a inexperiência estatística do Brasil, faz com que os mesmos apresentem falhas naquele que é o objetivo básico do recenseamento - dimensionar fielmente a população do país. A este conjunto de problemas acrescentem-se aqueles que referem-se à metodologia, ao tipo de informações coletadas.

O censo de 1890 não discrimina a população por idade e sexo. O de 1920 não distingue população urbana e rural. Em 1940, 1950 e 1960 foi recenseada a população presente. Em 1970, recenseou-se a população residente a este censo e foi o primeiro a apresentar o número de nascidos vivos nos doze meses anteriores ao censo. Da mesma forma a distribuição etária da população ora é feita em intervalos de 5 anos, ora de 10 ou, mesmo, mais anos.

A sub-enumeração nos censos nacionais é fato aceito por todos, muito embora não se tenha um dimensionamento da extensão da mesma. É significativo o ocorrido nos censos nacionais de 1950 e 1960. A coorte dos 0 a 4 anos, em 1950, é maior que a dos 10 a 14 anos, em 1960,²

2. IBGE. Censo Demográfico. Alguns problemas nos levantamentos censitários de população. In: FUNDAÇÃO IBGE. Encontro brasileiro de estudos populacionais. Rio de Janeiro, IBGE, Divisão de Divulgação, 1976. p. 9.

não obstante a mortalidade nos primeiros anos de vida, que no Brasil é elevada. É claro que esse é um caso limite e felizmente excepcional, mas, qualquer forma o fenômeno da sub-enumeração existe e é significativo. O uso de artifícios estatísticos, fatores de correção, etc. permite tornar os dados mais confiáveis porque conformes, com a lógica. Mas não há como deixar de reconhecer que estão "muito mais na dependência de impressão subjetiva de cada investigador do que em determinações empíricas"³.

O Recenseamento Nacional de 1920 é o primeiro em que consta o município de Ijuí, emancipado que fora em 1912. Sendo assim os censos nacionais permitem conhecer a população nos anos de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970; para completar a série histórica foram aproveitados os censos locais dos anos de 1896, 1914 e 1931.

O censo de 1896 foi executado pela administração da "Colônia de Ijuhy Grande", seis anos após a criação da referida colônia, e encontra-se no Museu Antropológico Diretor Pestana, de Ijuí. Os demais censos locais foram realizados pela Intendência Municipal e seus resultados publicados nos Relatórios Anuais da Intendência Municipal de Ijuí.

Este apresenta-se em duas partes. Uma é o rol propriamente dito e que nomina 3755 pessoas residentes na colônia, discriminando sexo, idade, nacionalidade, estado

3. BERQUÒ, Elza. Nota: qual terá sido a natalidade no Brasil em 1970? ESTUDOS CEBRAP.(21): 171-72, jul-set., 1977.

Civil, religião e mais a respectiva localização e tamanho da propriedade, produção agrícola e pecuária, máquinas e implementos agrícolas. A outra é o Demonstrativo Geral que apresenta estas mesmas informações já tabuladas, mas agora para uma população maior, isto é, 5.228 pessoas.

Os censos de 1914 e 1931 apresentam-se já tabulados por Sexo, Idade, Naturalidade, Profissão, Estado Civil, Religião e Instrução. Em ambos a distribuição etária está agrupada da seguinte maneira: menos de 7 anos; de 8 a 20 anos; de 21 a 50 anos; de 51 a 99 anos; e maiores de 100 anos.

O conjunto destes censos permite compor uma série de informações razoavelmente homogênea, o que facilita definir a dinâmica populacional ao longo do período.

Dos Registros Paroquiais foram explorados sucintamente os Livros de Atas da Paróquia de Nossa Senhora da Natividade, que é a primeira paróquia católica de Ijuí. Embora desde 1896 houvesse pároco, somente mais tarde é que se organizam os Registros; o primeiro Livro de Casamentos data de 1919; a partir de então o Registro é contínuo e encontram-se arquivados todos os livros.

Realizado o levantamento nominativo dos casamentos em fichas individuais, como recomendam FLEURY & HENRY⁴, e algumas tabulações preliminares, optou-se pelo abandono desta documentação pelas razões seguintes: a população cir

4. FLEURY, Michel & HENRY, Louis. Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'Etat Civil Ancien. Paris, INED, 1965. 182 p.

cunscrita pela Paróquia atinge somente os católicos, que correspondem a 2/3 da população total da Colônia; esta população reduz-se em termos relativos à medida em que se constituem novas Paróquias Católicas ou Evangélicas na área do município. A par destes problemas as Atas de Casamentos não indicam com precisão a naturalidade dos noivos e em nenhum caso a dos avós dos nubentes.

O levantamento de toda população de Ijuí através dos Registros Paroquiais significaria explorar mais de uma dezena de Arquivos Paroquiais católicos e evangélicos em suas várias denominações. A alternativa que se oferecia era a exploração do Registro Civil.

O município de Ijuí possui quatro Cartórios de Registro Civil: o do Registro Civil de Ijuí, instalado em 1895 e abrangendo toda a área da "Colônia de Ijuhy"; os do Registro Civil de Augusto Pestana e Ajuricaba, instalados em 1912 nas respectivas sedes distritais e o Cartório do Registro Civil da Vila Dr. Bozano, instalado em 1925. Estes quatro Cartórios tem suas áreas de jurisdição circunscritas ao território que corresponde, sucessivamente, à Colônia de Ijuhy, ao município de Ijuí e aos atuais municípios de Ajuricaba, Augusto Pestana e Ijuí.

Enquanto os Censos permitem recuperar o estudo da população em diferentes momentos, pelo estudo da estrutura populacional conforme idade, sexo, residência, ocupação, estado civil, etc. e os resultados numéricos de sua evolução, o Registro Civil permite estabelecer a dinâmica vital - o movimento dos nascimentos e óbitos. Aqueles apresentam

uma característica 'pontual', são cortes na dinâmica populacional e desvendam sua estrutura, permitindo estudar a composição, o estado mesmo de uma população; estes propiciam a reconstituição do movimento populacional e é, por definição, um estudo do 'continuum'.

As mazelas dos Censos já foram demonstradas, infelizmente o Registro Civil apresenta-se também com sérias deficiências. A mais séria delas constitui-se na sub-enumeração dos registros, seja de nascimento, seja de óbitos, e não pode ser negligenciado também o problema do registro atrasado, particularmente o Registro de Nascimento.

No Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais, realizado no Rio de Janeiro em 1976, várias contribuições apresentadas assinalaram os problemas existentes em razão das deficiências do Registro Civil no Brasil. O registro atrasado, em outro ano que não o do evento, atinge aproximadamente 50% dos casos. Conforme o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, dos nascimentos registrados em 1969, mais de 40% ocorreram antes de 1964, em 13 estados brasileiros, e mesmo na Guanabara a proporção não é melhor. Para São Paulo (Capital) a estimativa é de 4,5% em 1965 e para o interior do estado ao redor de 10%.

5. OLIVEIRA, Luis Antonio Pinto & IRWIN, Richard. A Coleta de estatísticas vitais no Brasil. In: FUNDAÇÃO IBGE. Encontro brasileiro de estudos populacionais. Rio de Janeiro, IBGE, Divisão de Divulgação, 1976. p. 2-3.
6. LAURENTI it alli. Aspectos legais dos eventos vitais. In: FUNDAÇÃO IBGE. Op. Cit. p.14.

Em relação ao sub-registro de óbitos o problema parece ser menor devido à existência de um controle social e legal bem mais rígido. A tradição cultural cristã como de resto, praticamente todas as culturas exige o enterramento ritual, e a legislação exige certidão de óbito para a execução do sepultamento. Mesmo assim, especialmente nas áreas rurais, o fenômeno é significativo. Em áreas rurais do Rio Grande do Sul foram constatadas taxas de mortalidade da ordem de 4 e 5%, enquanto em Porto Alegre atingia 8,2%, índice este bem mais próximo da taxa provável de 10%⁷.

A correção dessas deficiências pode ser intentada com a utilização de procedimentos demográfico-estatísticos, especialmente as Tábuas de Vida propostas pelas Nações Unidas e aperfeiçoadas, para o caso brasileiro, graças às contribuições de BRASS, CARVALHO e FRIAS⁸, entre outros. Tais procedimentos não serão aplicados aqui na suposição de que apesar do sub-registro, e por ele atingir a natalidade e também a mortalidade, é possível determinar com razoável segurança a evolução dos padrões de natalidade e mortalidade da população em estudo.

7. Loc. Cit.

8. BRASS, William et alli. The demography of Tropical Africa. Princeton, Princeton University Press, 1968; CARVALHO, José Alberto Magno de. Tendências regionais de fecundidade e mortalidade no Brasil. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1974. 95 p. FRIAS, Luiz Armando Medeiros & LEITE, Valéria da Motta. Estudo comparativo entre os padrões de mortalidade observados no Brasil e os modelos propostos pelas Nações Unidas. In: FUNDAÇÃO IBGE. Op. Cit. p. 27-48.

Ressalvados os problemas referidos, e que estão embutidos nos dados censitários e do Registro Civil, as informações sobre a população de Ijuí são suficientemente sólidas e numerosas para possibilitar um estudo confiável. Para o período de 80 anos estão à disposição 8 censos, o primeiro deles de 1896, com um intervalo aproximado de 10 anos e mais o Registro Civil que proporciona informações de forma mais consistente desde 1896.

2. QUADRO ANALÍTICO

A dinâmica populacional comporta dois tipos de movimento. O primeiro deles é o movimento vital ou natural e consiste na sucessão de nascimento e mortes ocorridas numa população, num período de tempo determinado. O diferencial entre os conjuntos destes dois eventos define o saldo vegetativo que é positivo quando ocorre um excedente de nascimentos e negativo quando o excedente for de mortes. Tem-se então, respectivamente, o crescimento ou o decréscimo populacional. A dinâmica populacional completa-se com o movimento social definido pela variedade de migrações internas ou internacionais, variedade esta marcada pelo seu caráter, duração, amplitude e direção. Somente em casos excepcionais uma população apresenta-se espacialmente fechada, as migrações - ir e vir da população - são uma constante, embora apresentem-se historicamente diferenciadas.

Ambos os movimentos são por definição contínuos. O "estoque populacional" está sempre modificando-se pela alteração dos níveis de reprodução biológica e pelos movimentos sociais. Esta dinâmica é a um só tempo, complexa, intensa e de difícil apreensão. O movimento social é multifacetado, pois responde mais prontamente à ação dos fatores conjunturais - econômicos, sociais e culturais. É um movimento que manifesta claramente na intensidade ou sentido da migração as situações de crise ou desenvolvimento da sociedade. O movimento vital apresenta um padrão de comportamen

to mais estável, constante, em razão da lentidão com que se processam as alterações no padrão de reprodução biológica das populações.

A composição da população, sua estrutura, é resultante destes dois movimentos. Ambos representam formas diferenciadas de adequação às condições econômico-sociais. Dessa maneira é recomendável reconhecer o nexo existente entre os distintos padrões de reprodução da população, e mesmo das migrações, com o modo de produção e, especialmente, a forma que assume a apropriação da riqueza produzida. Assim, para cada modo de produção econômico-social, há um modo específico de reprodução dos homens; para cada modo de produção econômico-social há movimentos migratórios com características próprias. Doutra forma, por que a distinção entre um "Antigo Regime" demográfico e o regime demográfico corrente (na Europa e áreas industrializadas)? Como justificar a ocorrência da chamada transição demográfica? E mais salta aos olhos, por exemplo, a diferença entre as migrações européias dos séculos III e IV e a grande emigração européia do século XIX.

As "grandes invações" constituíram - se no deslocamento de populações, de povos inteiros, que avassaladamente ocuparam áreas na Europa Ocidental, especialmente. Já a migração européia da época contemporânea é essencialmente um movimento que envolve as populações marginalizadas do campo ou da cidade. As áreas de destino, com o auxílio dos imigrantes e do capital forâneo tornam-se articuladas quando não subordinadas aos países europeus fornecedores

de população lá excedente.

Não reconhecer o caráter social da população é o equívoco que a demografia comete quando toma a população como uma abstração, estudando-a então da mesma forma que a biologia estuda qualquer conjunto de seres vivos: seu tamanho, sua morte, sua estrutura etária, sua fecundidade. A demografia não passa, assim, de uma genética. A população humana - sua estrutura e sua dinâmica - não é somente natural, é determinada pelas relações sociais entre os homens, mais precisamente, entre os diferentes grupos sociais.

É neste sentido que se orienta o presente trabalho. A dinâmica populacional, entendida como fenômeno social, está determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção da referida população. Dito de outra maneira, pelo processo de incorporação da economia e sociedade regionais; no caso em estudo, ao capitalismo nacional e, mesmo, internacional. No Brasil o desenvolvimento capitalista é o responsável pela redivisão regional do trabalho e a incorporação de novas regiões ao processo produtivo. Os diferentes níveis técnicos de produção e a intensidade variada de apropriação da mais-valia, vão definir as necessidades de força de trabalho e de sua alocação e, por isso, a demanda de população. Esta demanda é suprida imediatamente pelas migrações e remotamente pela reprodução biológica. É esse movimento que define a dinâmica populacional.

No estudo do movimento natural, a demografia apresenta-se com razoável arsenal metodológico. Partindo do

mais elementar, as taxas de natalidade e mortalidade, é possível chegar à taxas de fecundidade por grupo de idade, índice de expectativa de vida, níveis e padrões de reprodução da população.

A percepção de alterações nos padrões de reprodução, no transcorrer da história da Europa Ocidental, e, com maior intensidade, nos últimos duzentos anos, surge como explicação do fenômeno da passagem de níveis de natalidade e mortalidade altos e sem controle, a níveis baixos e controlados, através de um período intermediário durante o qual a queda da mortalidade antecede a da natalidade, gerando rápido crescimento da população. Esse fenômeno é definido pelo conceito de Transição Demográfica ou Revolução Demográfica.

As primeiras formulações teóricas são propostas por Thompson em 1929 e Notestein em 1945. É Notestein (1953) quem caracteriza o conceito de transição demográfica:

"Podemos aceitar como certo que todas as populações que sobreviveram até o período moderno, apesar da inevitável alta mortalidade, tinham a capacidade fisiológica e a organização social necessárias para produzir altas taxas de natalidade.

As sociedades campestres na Europa e quase por todo o mundo são organizadas de maneira a exercer fortes pressões em seus componentes para se reproduzirem. A organização econômica de comunidades agrárias, relativamente auto-suficientes, gira quase que totalmente em torno da família, e a perpetuação desta é a principal garantia de ajuda e segurança. (...) Em tais sociedades existem muito poucas oportunidades para as mu-

lheres conseguirem segurança econômica e prestígio pessoal fora de suas funções de esposa e mãe, e as funções econômicas estão organizadas de forma a se tornarem compatíveis com suas segundas gestações"1.

Stolnitz (1964), discorrendo sobre o assunto, é incisivo ao afirmar:

"Todas las naciones de la Era moderna que han cambiado del sistema económico tradicional, com base en la agricultura, por un sistema primordialmente industrial, ha cambiado, también de una situación de elevados niveles de mortalidade y fecundidade a otra de bajos índices. Al harcelo, casi todas ellas han sufrido aumentos enormes en su población así como cambios imponentes en las cifras relativas de niños, adultos y ancianos"2.

Embora a Transição Demográfica não apresente uma elaboração teórica sistemática, existem elementos de caráter explicativo e geral que permitem considerá-la como uma teoria da população:

- a) O critério que utiliza para classificar as sociedades em etapas, segundo o grau de controle, pelas populações, sobre as taxas de natalidade e mortalidade. As etapas são: primeira - o período de "alto crescimento potencial" ou

1. APUD. COALE, A.J. A Transição demográfica. fl.1-2.mimeo.
2. STOLNITZ, George J. La transición demográfica: de altos a bajos índices de natalidad y mortalidad. In: FREEDMANN, Ronald Comp. La Revolución demográfica mundial. México, UTEHA, 1966. p. 37-38.

pré-hiato demográfico; segunda - "crescimento de transição" ou hiato demográfico; terceira - "decrêscimo incipiente" ou pós hiato demográfico.

- b) A etapa de "crescimento de transição" caracteriza-se por altas taxas de incremento populacional, resultado da queda mais rápida dos índices de mortalidade. O padrão de natalidade só é modificado mais tarde, sob o impacto do processo de urbanização/industrialização.
- c) A teoria, na opinião de Thompson (1948), é confirmada pela experiência de alguns países que, no período de 1929 a 1948, passam do grupo caracterizado pelo crescimento de transição para o grupo de países de decréscimo populacional incipiente; e por outras nações que, saindo da etapa de alto crescimento potencial, ingressam na etapa de crescimento de transição.

Ressalta, da formulação teórica e da discussão que se estabeleceu, a convicção de que efetivamente mudou a dinâmica reprodutiva da população européia e que essa alteração acompanha as modificações no sistema produtivo e de relações de trabalho. Há um nexó entre a Revolução Industrial, ou para ser mais explícito, entre o capitalismo industrial e a transição demográfica que, na Europa, são substancialmente coincidentes e convergentes.

Certamente a formulação do conceito de Transição Demográfica está longe de constituir-se numa "Lei da População". A fraqueza do conceito está, como diz COALE, "na

dificuldade em se definir o ponto crítico da modernização", mas, muito mais, por abstrair o caráter social da população. A manipulação estatística dos dados, por mais sofisticada que seja, não dá conta das razões que definem o comportamento efetivo de um ou outro indicador. A modernização, por si só, enquanto explicação da redução da natalidade/mortalidade, representa uma circularidade, como parecem apontar várias das pesquisas elaboradas pelo Cambridge Group e o Institut National d'Etudes Demographiques, entre outros.

Uma interessante publicação, realizada sob os auspícios do INED, tendo como colaboradores SAUVY, BERGUES, HENRY e outros, discute o fenômeno do controle de nascimentos e por extensão a ocorrência da queda da natalidade em diversos períodos e populações européias. Não está claro a existência de uma relação de causa e efeito na queda da natalidade.

Este comportamento está presente na França do final do século XVIII, na nobreza francesa; em data mais recuada, também na burguesia genebrina do início do século XVII e entre os Quackers da América Inglesa. Mais, o exame das curvas de natalidade e mortalidade, para o caso da França e da Alemanha, permite afirmar que a queda da natalidade é anterior ou simultânea à queda da mortalidade.

PATARRA (1973), ao realizar uma revisão conceitual do conceito de transição demográfica, chama a atenção para dois aspectos de fundamental importância. O primeiro é que a transição demográfica continua ocorrendo e é perceptível mesmo em países de alto crescimento populacional, se

for examinado o diferencial de fecundidade urbana e rural .
 Em segundo lugar a dinâmica da população do Terceiro Mundo
 não repete, de forma alguma, o ocorrido na Europa há 200
 anos.

"... existen indícios de que el desarrollo urbano-industrial influye en el comportamiento reproductivo de manera específica ... existe algo en los procesos de industrialización y urbanización que lleva a los individuos a alterar sus patrones de comportamiento reproductivo .
 (De qualquer forma) no puede perder-se de vista lo que implica la transición en el estudio de la relación entre el modo de producción social y la dinámica de la población".³

A determinação das relações sociais em que está envolvida a população parece uma possibilidade explicativa bem mais promissora. Numa sociedade capitalista, como é o caso, tem-se como elementos gerais, determinantes, a divisão entre o capital e o trabalho. Isto, é a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação do excedente. Assim a população deve ser entendida como força de trabalho, a dinâmica populacional é dada pela dinâmica da força de trabalho. A demanda da força de trabalho se estabelece pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo próprio consumo desta mesma força de trabalho.

Como afirma OLIVEIRA, a mortalidade é um "gasto de trabalho", pois a produção de mercadorias se faz com o consumo físico do trabalhador, consumo este apropriado na

3. PATARRA, Neide Lopes. Transición demográfica. Resumen histórico o teoría de población? DEMOGRAFIA Y ECONOMIA , México, 7 (1): 86-95, 1973.

forma de trabalho não retribuído e

"que se reflete no padrão sanitário da população e, em última análise, na taxa de mortalidade. (...) A reposição da força de trabalho assim depredada se dá principalmente pela invasão e consequente desarticulação das fronteiras do sistema, provocando o êxodo rural, antecipando a entrada precoce na força de trabalho e todas as demais práticas já conhecidas. Apenas secundariamente essa reposição/ampliação é demográfica, isto é, via natalidade e fertilidade da própria classe trabalhadora".⁴

As migrações constituem o outro elemento da dinâmica populacional. Seu estudo desenvolveu-se mais intensamente a partir das magníficas transformações sociais ensejadas pela Revolução Industrial. Uma sucinta revisão bibliográfica indica como pioneiro RAVENSTEIN(1885) que, estudando o caso inglês, propôs as seguintes "Leis das Migrações":

"1 - Os deslocamentos se dão em direção aos centros manufatureiros e comerciais; 2 - a maior parte dos migrantes procede de áreas próximas; 3 - os naturais das cidades migram menos que os naturais das áreas rurais; 4 - a melhoria dos meios de transporte e locomoção induz ao aumento das migrações; 5 - a cada corrente migratória se opõe uma

4. OLIVEIRA, Francisco de. A Produção dos Homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. In: _____. Economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, GRAAL, 1977. p. 151 - 152.

contra-corrente; 6 - observa-se a predominância de fatores econômicos dentre as causas migratórias; 7 - há predominância de mulheres nas correntes de pequeno percurso".⁵

O estudo de RAVENSTEIN apresenta-se muito referido à situação particularizada da Inglaterra onde em razão da industrialização acelerada ocorre a migração campo-cidade, fruto do mecanismo de apropriação das terras comunais (enclosures acts), e das necessidades fabris de mão-de-obra abundante e barata. Suas "leis" são meramente descritivas, muito embora denotem acuidade ao nível das manifestações do fenômeno. Por seu turno, PASTORE⁶ apresenta uma caracterização mais elaborada. Enquanto RAVENSTEIN considera que as migrações se dão em direção aos centros manufatureiros e comerciais, desconhecendo outras direções do fluxo migratório, este reconhece que o desenvolvimento tecnológico e, especialmente, a diversidade interregional são fatores importantes no estabelecimento dos fluxos migratórios.

Por outro lado grande número de estudos no dizer de MUÑOZ e-OLIVEIRA:

"Han puesto mayor atención en los aspectos individuales que en los de carácter

5. APUD. COSTA, Manoel Augusto. Política de migrações internas. In: _____. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, INPES, 1971. p. 109-110.
6. PASTORE, José. Migração, mobilidade social e desenvolvimento. In: COSTA, Manoel Augusto. Op. Cit. p. 61-62.

estrutural. En este sentido, las investigaciones se han dedicado entre otras cosas, a investigar para que migra la gente relegando a un segundo plano el proceso de desarrollo y los movimientos migrat6rios".⁷

Esta postura metodol6gica n6o reconhece o car6ter contradit6rio da realidade e reduz a contradi66o a uma disfun66o em rela66o ao "status quo ante", e se manifesta no fetichismo dos "dados" e modelos na busca de uma alegada objetividade positiva. Este discurso cient6fico...

..."atemporal, avalorativo y explicativamente reduccionista - determin6 las elecciones de las problem6ticas a estudiar, a niveles explicativos y las unidades de an6lisis de tal forma que lleg6 a reducir los estudios sociales a las "caracteristicas de los procesos", em lugar de llegar a sus causas y con - secuencias ultimas.

El centrar el estudio en las caracter6sticas internas de un fen6meno social, reduciendo las explicaciones de sus causas o efectos a modelos generales permite um est6dio de la "superficie" del sistema social, sin llegar a tocar las contradicciones b6sicas de dicho sistema"⁸.

7. MUÑOZ, Humberto & OLIVEIRA, Orlandina de. Migraciones internas en Am6rica Latina: exposici6n y cr6tica de algunos an6lisis. In: MUÑOZ, Humberto et alli. Las migraciones internas en Am6rica Latina. Buenos Aires, Nueva Visi6n, 1974. p.16.
8. MARMORA, L6lio. El estudio hist6rico-estrutural de los movimientos poblacionales en Am6rica Latina. In: CAS - TELLS, M. Org. Imperialismo y urbanizacion en Am6rica Latina. Barcelona, Gustavo Gili, 1973. p. 58-59.

Outra perspectiva, histórico-estrutural, considera as migrações um fenômeno social, isto é, de classe. As migrações internas e mesmo internacionais constituem-se em mecanismos de realocação da população que acompanham a redistribuição espacial das atividades econômicas. Sendo as migrações um processo social, devem apresentar causas estruturais que põem determinados grupos em movimento; está claro que nem todos os membros de um mesmo grupo se põem em movimento ao mesmo tempo. A ordem de partida atua seletivamente sobre os diferentes grupos sociais - operários, camponeses, bóias-fria, empresários - e, no interior do grupo, de acordo com as características individuais idade, sexo, estado civil, situação econômica.

Na atualidade a distribuição desigual da riqueza e das oportunidades econômicas constitui-se no principal elemento motor das migrações internas. Os fatores de expulsão definem as áreas de origem da população migrante e os fatores de atração determinam a orientação do fluxo migratório.

"Los factores de expulsión que provocan las migraciones son de dos órdenes: factores de cambio, que derivan de la introducción de relaciones de producción capitalistas en estas áreas, que acarrea la expropiación de campesinos, la expulsión de aparceros y otros agricultores no propietarios, teniendo por objeto el aumento de la productividad del trabajo y la consecuente reducción del nivel de empleo(...); y los factores de estancamiento, que se manifiestan bajo de una creciente presión demográfica sobre una disponibilidad de áreas cultivables que puede ser limitada tanto por la insuficiencia física de

tierra aprovechable como por la monopolización de los grandes propietarios - rios...".⁹

Esta formulação analítica que é proposta como explicação do processo migratório na América Latina, que se manifesta na acelerada urbanização do continente e na abertura de novas fronteiras agrícolas, tem presente o caráter global e recorrente do desenvolvimento capitalista. A concentração espacial da atividade industrial, elemento dinâmico do sistema, ao mesmo tempo que promove a urbanização e requer o aumento da mão-de-obra disponível, afeta também o sistema produtivo do campo tornando-o caudatário.

"Para a economia urbana industrial, o setor rural, pela migração, fornecia mão-de-obra, bem como alimentos e matérias primas baratos (além de suprir aquela economia através de exportações com as divisas necessárias para a obtenção de equipamentos e peças).

O que se quer sublinhar neste passo é a complementaridade, nas condições de desenvolvimento capitalista dependente, a) de um desenvolvimento urbano-industrial e agrícola "modernos" no Centro-Sul e a expansão "primitiva" agrícola nas áreas periféricas, e b) do crescimento, no Centro-Sul mesmo, de modernas e grandes empresas lado a lado de pequenas lojas para oficinas e serviços..."¹⁰.

9. SINGER, Paul I. Migraciones internas, consideraciones teóricas sobre su estudio. In: MUÑOZ, Humberto et alli. Op. Cit. p. 95-96.
10. LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e migrações uma abordagem histórico-estrutural. ESTUDOS CEBRAP, (6): out. dez. 1973, p. 133 passim.

Assim sendo ou por isto mesmo, o desenvolvimento capitalista apresentado pelo Brasil no pós 30 atuou de forma diferenciada no campo, modernizando algumas produções e mantendo outras, ao nível da subsistência, no marco da economia camponesa. Este segmento camponês realiza, no dizer de OLIVEIRA,¹¹ a produção alimentar necessária às massas urbanas a baixos preços, mercê de super-exploração do próprio trabalho familiar. E mais: essa população camponesa atua como mão-de-obra de reserva, permitindo, por este lado também a manutenção dos baixos salários urbanos e a sua contrapartida, os altos níveis de acumulação do capitalismo industrial.

Finalizando, o desenvolvimento capitalista dependente, como é o caso do Brasil, supõe a coexistência de formas adiantadas e atrasadas de produção agrícola como resultado do processo de desenvolvimento capitalista.

11. OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à razão dualista. SELEÇÕES CEBRAP, (1): 5-78.

3 - DINÂMICA POPULACIONAL DE IJUÍ

Para estabelecer o movimento da população ijuense ao longo do período 1890-1970, foi efetuado o levantamento abreviado das Atas de nascimento e de óbito registradas nos Cartórios de Registro Civil do município de Ijuí, os censos locais de 1896, 1914, 1931 e os censos nacionais de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970, juntamente com o estudo dos Relatórios Anuais da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, a quem estavam afetos os "negócios da colonização", e os relatórios da administração municipal e demais fontes documentais. O conjunto de dados daí coletados permite a composição de uma série regular e confiável garantindo uma análise que se pretende fecunda.

Não obstante as informações mais detalhadas e abundantes referirem-se ao movimento vital da população, não é conveniente descurar da análise do movimento social - da intensidade e direção dos fluxos migratórios. É através das migrações que a população responde social e solidariamente às determinações do desenvolvimento econômico social. Aceitando-se as características eminentemente sociais das "leis" que regem a população, e mais, que são as migrações a forma mais direta e ágil de adequação população x sociedade, justifica-se a tentativa de recuperação do movimento migratório ao longo do período (1890-1970) como forma de entender o desenvolvimento da população de Ijuí.

A dinâmica populacional constitui a forma de a-

dequação dos distintos grupos sociais que compõem um conjunto populacional à específicas condições médico-sanitárias ; educacionais; de domínio da natureza; da organização do trabalho; da apropriação da riqueza. Em outras palavras, a dinâmica populacional é determinada pelo grau e forma de desenvolvimento econômico-social. Embora essa dinâmica seja una, para efeitos de exposição efetua-se a diferenciação de seus dois componentes: o movimento social e o movimento vital.

3.1 - MOVIMENTO SOCIAL

A dinâmica populacional do município de Ijuí* , do ponto de vista social, apresenta dois momentos distintos. O primeiro, iniciado em 1890, prolonga-se até meados de 1920; é o da imigração e corresponde ao período de constituição e consolidação da colônia e do município; o segundo é o da emigração que, iniciando nos anos 20, tem-se mantido até o presente. A fixação destas duas fases foi determinada a partir do conhecimento do Saldo Líquido Migratório (SLM) nos diversos períodos intercensitários. O cálculo do SLM foi elaborado determinando-se a diferença entre o crescimento

*O município de Ijuí criado em 1912 abrange a totalidade da área da antiga "Colônia do Ijuhy Grande" e após 1964 teve sua área desmembrada com a emancipação de dois de seus distritos - Ajuricaba e Augusto Pestana. Para efeitos deste estudo não é considerado o desmembramento. Ijuí responderá em todos os casos a sua área inicial.

absoluto da população, de censo a censo, e o saldo vegetativo nos mesmos períodos.

Nos anexos 1 e 2, estão discriminados, ano a ano, por Cartório, os totais de nascimentos e óbitos no período 1890-1970. Com base nestas tabelas foi calculado o saldo vegetativo e, juntando-se estas informações aos resultados dos censos, é possível construir o quadro estatístico relativo ao Saldo Líquido Migratório da população de Ijuí.

Quadro nº 1 - Saldo Líquido Migratório nos períodos intercensitários. Ijuí, 1896-1970.

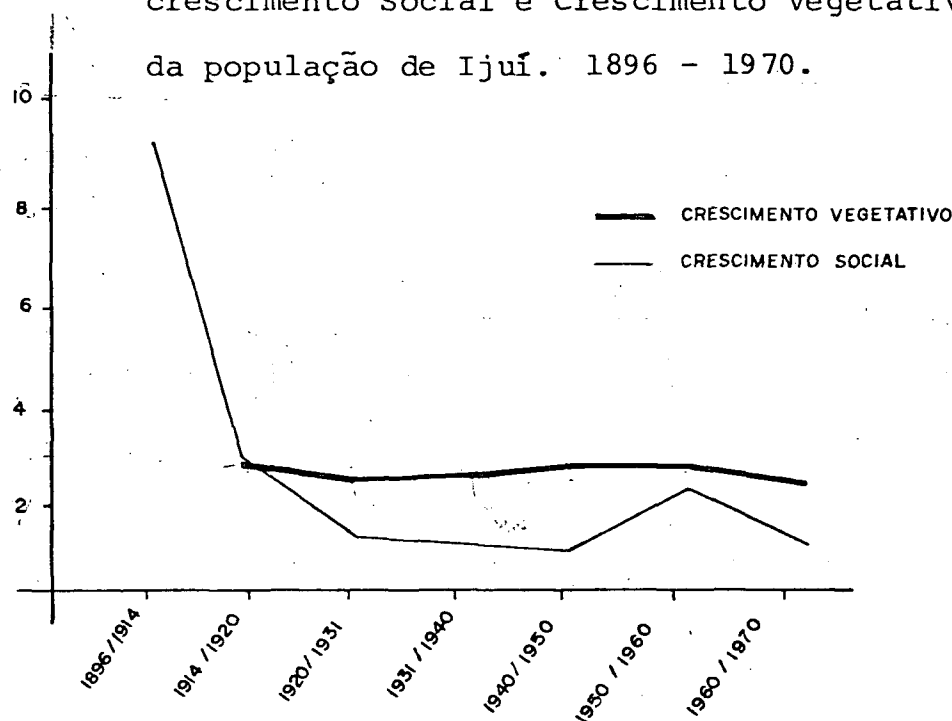
Ano	População Absoluta	Crescimento Social	Saldo Vegetativo	Saldo Líquido Migratório
1896	5228	20097	(a)	
1914	25325	6311	4665	+ 1646
1920	31636	6082	10643	- 4561
1931	37718	5216	10519	- 5303
1940	42934	6575	13189	- 5722
1950	49509	13841	16063	- 2222
1960	63350	11391	17384	- 5993
1970	74741			

Fontes: Censos Locais de 1896, 1914, 1931; Censo Nacionais de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970; Cartórios de Registro Civil de Ijuí, Ajuricaba, Augusto Pestana e Dr. Bozano.

a) A precaridade do Registro Civil na época não recomenda o uso da informação.

Até 1920 há um SLM positivo, que resulta de um crescimento vegetativo inferior ao crescimento absoluto da população, em outras palavras, a área está na condição de receptora de população. Após 1920 ocorre a inversão das curvas de crescimento. Por esta razão a década de 1920 transforma-se, metodologicamente, no "divisor de águas" antes referido e que baliza a periodização proposta. O Gráfico a seguir permite visualizar com clareza o fenômeno.

Gráfico nº 1 - Evolução das Taxas Geométricas Anuais de crescimento Social e Crescimento Vegetativo da população de Ijuí. 1896 - 1970.



3.1.1 - A Imigração

Fixada essa primeira divisão importa observar como se desenvolve a imigração para Ijuí. O primeiro levantamento da população da Colônia, razoavelmente confiável, é realizado em 1896, sob a orientação do novo Diretor da Colô-

nia, o Engenheiro Augusto Pestana, e dá conta da existência de 5228 pessoas. São imigrantes oriundos da Europa, das Colônias Velhas e antigos moradores da área. De acordo com o referido censo, 53,49% da população é de nacionalidade brasileira, o que dá a medida do afluxo populacional oriundo das colônias velhas - filhos e netos de imigrantes europeus já nascidos no Brasil - e mesmo de luso-brasileiros. Dentre os europeus, os poloneses representam 16,30%, os russos 12,21%, os alemães 7,34% e os italianos 4,34%, além de austríacos, suecos, espanhóis, franceses, armênios, belgas e suíços, entre outros.

Parcela desses imigrantes, de modo especial os estrangeiros, são "imigrantes oficiais" remetidos para a colônia pela Secretaria de Negócios das Obras Públicas a qual estavam afetas a imigração e a colonização, e que possuía bem estruturado sistema de controle de movimentação dos imigrantes. A Diretoria de Terras e Colonização remetia de Porto Alegre, Hospedaria do Cristal, os imigrantes para as diversas colônias, e o controle desse movimento era feito por intermédio dos "Mapas de destino dos Imigrantes". Este Mapa fornece a indicação nominal, família por família, de idade, sexo, nacionalidade, profissão, religião, data de entrada no Brasil; data, meio de transporte e colônia de destino. Na impossibilidade de realizar o levantamento direto dos totais dos imigrantes destinados a Ijuí, utilizou-se o relatório anual da Secretaria de Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, para definir os referidos totais.

No período 1890-1896 foram remetidos para a Colônia de Ijuí, através da Colônia de Silveira Martins, 2.152 imigrantes. Muito embora não haja referência sobre os imigrantes remetidos no 1º Semestre de 1891, 1893 e 1896 e nenhuma indicação para o ano de 1894 e, se, por outro lado, considerar-se a ocorrência da Revolução Federalista (1893), esta cifra é compatível com o total da população residente na Colônia em 1896.

No período da Colônia, 1890-1911, são remetidos 8.649 imigrantes oficiais (ver quadro nº 2), pelas razões anteriormente expostas o total terá sido um pouco maior, alcançando ao redor de 10% dos imigrantes recebidos pelo Rio Grande do Sul, no período. O quadro a seguir apresenta o movimento anual de imigrantes recebidos pelo Rio Grande do Sul e pela Colônia de Ijuí. Destes imigrantes oficiais fixados em Ijuí, 32,3% são alemães, 22,9% italianos; 20,2% russos; 8,5% austríacos e 3,9% poloneses. Deve ser ressalvada a imprecisão das informações relativamente aos imigrantes de nacionalidade russa e polonesa. Na época a Polônia encontrava-se tri-partida sob o domínio da Rússia, Alemanha e Áustria. Muitos, étnicamente poloneses, são, politicamente, russos, alemães ou austríacos, daí a confusão. A respeito observa-se a contradição das informações; no Censo de 1896 Ijuí possuía 862 poloneses e no conjunto dos 22 anos de Colônia são remetidos 393 poloneses. Possivelmente o imigrante ao chegar no Brasil, era identificado como russo e quando já instalado, declarava-se polonês. Esse problema, aliás, é comum a toda imigração

polonesa no Brasil.¹

Quadro nº 2 - Imigrantes oficiais recebidos pelo Rio Grande do Sul e Ijuí. 1890-1911.

ANO	Imigrantes Recebidos	
	Rio Grande do Sul	Ijuí
1890	19.457	664
1891	20.739	513 ^(a)
1892	8.496	476
1893	2.795	275 ^(a)
1894	855	-
1895	2.452	224
1896	3.095	104 ^(a)
1897	1.451	255
1898	1.606	585
1899	1.956	548
1900	1.503	286
1901	1.255	208
1902	847	115
1903	743	88
1904	834	198
1905	963	127
1906	1.013	329
1907	754	366
1908	4.117	1.070
1909	6.046	1.241
1910	3.583	559
1911	7.790	129
TOTAL	92.350	8.649

Fonte: Relatórios Anuais da Secretaria de Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

(a) Total do 1º Semestre

1. WACHOWICZ, Ruy Christovam. Abranches, um estudo de história demográfica. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1976.p.20. CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Fac. Filosofia, Universidade do Brasil, 1950.p.26. GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE. Canoas, Regional, 1958. V.5, p. 3-14.

Considerando-se que em 1914 são recenseados 25.325 habitantes no município de Ijuí e que o total de imigrantes oficiais recebidos fora 8.649 pessoas, é fácil aquilatar o vigor da imigração espontânea. Acrescente-se o fenômeno da reimigração, sem dúvida significativo, embora não deva ter atingido a proporção estimada pelo mais importante Diretor da Colônia e primeiro Intendente do município, Engenheiro Augusto Pestana, "nesse período, de janeiro de 1895 a junho de 1912, foram por essa Diretoria remetidas para Ijuhy 1265 famílias de imigrantes, com 6.825 pessoas e desse número pode-se assegurar que apenas cerca de vinte e cinco por cento (25%) fixou-se na Colônia, tendo os mais se retirado".²

A imigração estrangeira no Rio Grande do Sul permaneceu por longos anos circunscrita aos limites definidos pelo Planalto e a Campanha. Os alemães fixaram-se na Encosta Inferior e coube aos italianos a Encosta Superior; a expansão primeiro fez-se acompanhando a calha do Rio Jacuí, atingindo a Colônia Silveira Martins em 1877. O planalto apresentava-se como uma barreira que só vai ser vencida a partir de 1890 com a fundação da Colônia de Ijuí a qual seguem-se Colônia Guarani, Saldanha Marinho, Não-Me-Toque, New Wüttemberg. Neste momento a colonização rompia os limites físicos que a escharpa representava e tem a seu dispor

2. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Relatório... Porto Alegre, Typographia a Federação, 1913. p. 143.

extensas áreas de mata que confinam com a Argentina e Santa Catarina. É nesta área que se desenvolverá a colonização do Rio Grande do Sul, no século XX.

Vencido o Planalto a dificuldade que resta é a distância do mercado (Porto Alegre, 500Km). A abertura da ferrovia Rio Grande — São Paulo, representará importante via de escoamento, quando não única. Partindo de Santa Maria, a estrada segue pela crista da "Coxilha Grande", demandando Cruz Alta, Passo Fundo, Marcelino Ramos. De Cruz Alta um ramal dirige-se inicialmente a Ijuí e depois a Santo Ângelo e Santa Rosa. A facilidade maior ou menor de acesso à ferrovia evidencia o desenvolvimento das Colônias.

As Colônias Novas representam a terra farta e barata, necessária aos filhos dos antigos imigrantes que na exiguidade dos lotes coloniais paternos não encontravam oportunidade de trabalho. A marcha para o Planalto é a um só tempo epopéia e, principalmente, resultante de um processo de expulsão da população excedente. Excedente se considerados a estabilidade/estagnação e os limites da estrutura fundiária e do modo de produção próprios do sistema de colonização do Sul do Brasil. A essa migração rural dos excedentes, Roche denominou "enxamagem" e relativamente a Ijuí, afirma:

"Ijuí, na borda da Serra, foi para os colonos excedentes uma zona de refúgio e à enxamagem dos pioneiros esta Colônia deveu, em grande parte, a rapidez do seu desenvolvimento".³

3. ROCHE, Jean. A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. p. 347.

A ocupação agrícola da Colônia tem como base a propriedade colonial - o lote - de 25 ha. São 250 m. de frente por 1000m. de fundo, dispostos ao longo de linhas, Leste ou Oeste, equidistantes 1 Km e tendo como referência a Linha Base que fixava também o limite Leste do sítio urbano. A discriminação dos lotes foi realizada paulatinamente, à medida das necessidades. A área total do município é de 182.100 ha. desse total deve-se descontar as primitivas "posses" de luso-brasileiros e Colônias particulares que em 1911 correspondem ao total estimado de 53.880 ha. A Colônia estabeleceu-se à margem esquerda do Rio Ijuí, mas sua área foi ampliando-se com o passar dos anos, incorporando terras da margem direita do Rio Ijuí e do Pontão do Ijuizinho. Paralelamente à colonização realizava-se o trabalho de verificação de Posses para determinar as terras devolutas passíveis de ocupação.

Com base nos relatórios remetidos à Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas observa-se a evolução da ocupação fundiária da Colônia, apresentando um crescimento de 242% no período 1899-1911. O quadro a seguir ilustra em mais detalhes o fenômeno.

Quadro nº 3 - Ocupação do Solo na Colônia de Ijuí. 1889 - 1911.

Ano	área ocupada/ha
1899	40.636
1906	49.998
1910	91.403
1911	98.764

Fonte: Relatórios Anuais da Secretaria de Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

A abertura do Planalto não se faz somente com imigrantes das Colônias Velhas, a própria imigração internacional intensifica-se no final do século com a presença maciça de italianos e eslavos. É a época da "febre brasileira" que atinge especialmente os poloneses. O aumento da imigração estrangeira deveu-se a uma conjuntura favorável ao nível internacional e especialmente por razões internas. A relação entre abolição da escravatura e incremento imigratorio é muito estreita; a política de povoamento, especialmente no sul do Brasil, é intensificada; configurava-se um mercado interno, mercê da divisão regional do trabalho que começa a se esboçar no país. O centro do país, especialmente São Paulo, dedica-se à lavoura de exportação e acelera seu processo de industrialização enquanto isso a região sul cuida da agricultura de consumo interno.

Assim o desenvolvimento capitalista do país incorpora a massa imigrante de duas formas. Nas áreas em que a terra já se encontra apropriada pelos grandes proprietá -

rios o acesso à mesma é dificultada e resta o caminho da proletarização ou, na melhor das hipóteses, uma agricultura marginal voltada à produção alimentar realizada nos interstícios da grande lavoura. À lavoura paulista interessam "braços para a lavoura", mas não proprietários. Outro não é o sentido das manifestações dos cafeicultores:

"Em suas tentativas de utilizar o trabalho livre na grande lavoura, os fazendeiros não viam com bons olhos a política da criação de núcleos coloniais, na base da pequena propriedade.

Fora da órbita do café, bem longe, no Rio Grande do Sul, ou em Santa Catarina, vá lá que o Governo Imperial fundasse Colônias de pequenos proprietários. Mas perto da lavoura do café não. Essa lavoura é que lhes permitiu acumular rapidamente; (...) Ela, e não a pequena propriedade é que era expressiva do processo de acumulação capitalista".⁴

E mais:

"Da colonização ou da imigração estrangeira, o que o grosso dos senhores rurais pretendia, era o suprimento de braços para as suas lavouras, principalmente para a avançada dos cafezais e não a distribuição de terras entre pequenos cultivadores. Essa política de "braços livres" é que irá predominar à medida que hegemonia do fazendeiro do café se acentua, para depois afirmar-se definitivamente de acordo com os interesses da classe latifundiária".⁵

4. CAMARGO, J. Fernando. op. cit. p. 11.

5. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. p. 125-126.

Para o sul do Brasil, com o regime de pequenas propriedade desenvolve-se outra modalidade de imigração, já não mais o "braço livre" para a grande propriedade, mas a política de fixação na terra, através da concessão da pequena propriedade.

"A necessidade de intensificação do povoamento nas zonas fronteiriças da Província do Rio Grande do Sul, a estrutura mantida pelo sistema de colonização oficial, concedendo vantagens à migração estrangeira, ao lado da elaboração de leis favoráveis a este processo, a inexistência de concorrência entre a atividade que se desenvolve no latifúndio e a que será desenvolvida na pequena propriedade, a exigência de consumo dos centros urbanos serão fenômenos complementares ao processo que engendra e consolida a pequena propriedade rural no Rio Grande do Sul".⁶

Deste modo a pequena propriedade colonial representa a nova forma de ocupação das áreas devolutas, resguardados os interesses da grande propriedade pastoril no Rio Grande do Sul, e da cafeicultura, em São Paulo. É conveniente ressaltar o caráter complementar e subordinado deste processo de ocupação. O imigrante irá desenvolver uma policultura de mercado interno utilizando predominantemente mão-de-obra familiar, e sempre naquelas terras de menor interesse

6. LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane Cruxen. A Colonização alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Movimento, IEL, 1976. p. 50-51.

para os grandes proprietários. Embora esta policultura propicie os alimentos necessários às áreas urbanas em expansão e ocasionalmente à grande propriedade, encontrará sempre dificuldade de acesso ao crédito, de preços agrícolas compensadores, de fomento à produção em geral pelo fato mesmo dos pequenos agricultores não terem o domínio político.

O caráter complementar é conferido pela divisão social do trabalho no interior do país entre um Setor de Mercado Externo, hegemônico e o outro, Setor de Mercado Interno. No Sul do Brasil esta é a "vocalção" do imigrante-colono. A subordinação se dá em razão da divisão do poder político que expressa a divisão social do trabalho ora referida.

A imigração estrangeira no Brasil obedece assim essa dupla finalidade e seu fluxo e destinação obedecem a esse conjunto de condições. Iniciada nos anos 20 do século passado, por iniciativa Imperial, será fraca, em razão da oposição dos grandes proprietários; o apogeu dar-se-á na virada do século, em concordância com a abolição da escravatura e incremento da lavoura cafeeira. Obviamente, razões de ordem internacional, crises na Europa, redução na recepção de imigrantes nos Estados Unidos e/ou Argentina, colaboram decisivamente na performance imigrantista brasileira.⁷

7. REINHARD, Marcel & ARMENGAUD, André. História de la población mundial. Barcelona, Ariel, 1966. p. 302. CAMARGO, José Francisco de. Demografia econômica. Salvador, Progresso, 1960. p. 56.

O quadro a seguir permite quantificar a distribuição entre São Paulo e Rio Grande do Sul, dos imigrantes chegados ao Brasil no período de 1820-1955.

Quadro nº 4 - Entrada de imigrantes no Brasil e destinados a São Paulo e Rio Grande do Sul - 1820-1955.

ANO	Brasil	São Paulo	Rio Grande do Sul
1820/1880	426.829	21.229	40.446
1881/1890	560.606	183.505	40.547
1891/1900	1.129.315	757.787	44.148
1901/1910	671.351	384.518	20.155
1911/1920	797.744	439.124	
1921/1930	840.215	486.249	
1931/1940	288.607	175.672	
1941/1945	18.432	4.249	
1946/1955	467.494	150.331	
TOTAL	5.200.593	2.602.664	

Fonte: CAMARGO, José Francisco. Demografia Econômica. Salvador, Progresso, 1960, p. 56.

Neste quadro mais geral é que se deve buscar as determinantes do processo de ocupação e conolização do noroeste do Rio Grande do Sul, no início deste século. A ocupação do espaço agrário de Ijuí-Colônia processa-se nos moldes tradicionais da pequena propriedade: policultura e comércio; outra não é a razão dos constantes cuidados com as estradas e o escoamento das safras. A inauguração da estrada de ferro em 1911 assinala um momento crucial no desenvolvimen

to da Colônia e município.

A agricultura colonial processa-se, em todas as áreas, dentro de um mesmo diapasão. Waibel,⁸ ao estudar os sistemas agrícolas das áreas de colonização, classifica-os em: a) primitiva rotação de terras; b) rotação de terras melhoradas; c) rotação de cultura com a criação de gado.

A primeira fase, "primitiva rotação de terras", por paradoxal que pareça, considerando-se a exigüidade dos lotes coloniais, consiste na derrubada e queima da mata com o conseqüente plantio de milho, de feijão preto; os instrumentos de trabalho utilizados são predominantemente enxada e cavadeira. Nesse sentido o censo de 1896, realizado na Colônia de Ijuhy, é bastante elucidativo. Para um conjunto de 1042 unidades familiares recenseadas, existiam somente 116 arados, 4 gradiadores e 1 plantadeira de milho.

A segunda fase, "rotação de terras melhoradas", desenvolveu-se com a devastação da cobertura vegetal, melhoria das estradas e do escoamento. Já é possível aumentar a produção contando para isso com o uso generalizado da tração animal no trabalho agrícola, utilizando-se arados e grades. O uso da adubação animal (esterco) não é praticada em vista da pequenez dos rebanhos, o que acarreta o esgotamen

8. WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Geografia. Aspectos da Geografia Riograndense. Rio de Janeiro, IBGE, 1954.p.63-118.

to das terras, de que é testemunho o plantio da mandioca . Este é o sistema mais difundido, as áreas em cultivo de 30 a 50 anos já mostram sinais de esgotamento. As safras correspondem a 1/3 ou 1/2 das safras iniciais.

"A maioria das Colônias do Planalto do Rio Grande do Sul está nesta condição deplorável. A primeira geração de colonos que devastou as matas no decênio de 1890, e, que depois de alguns anos de pioneirismo, estabeleceu o sistema de rotação de terras melhoradas, tornou-se logo próspera e constituiu boas propriedades.

A segunda geração aplicou as mesmas práticas agrícolas, daí resultando que os seus padrões econômicos baixaram consideravelmente, e a terceira geração, ou teve que se mudar para outro lugar, ou se tornou cabocla".⁹

A terceira fase, "culturas combinadas com a criação de gado", supõe, não mais a rotação de terras, mas de culturas com a alternância de cultura de cereais e culturas de raízes e plantas leguminosas afim de nitrogenar o solo. Acompanha o sistema, a criação de um pequeno lote bovino e equino para a produção de leite, tração e o aproveitamento do estrume para adubação. Esta fase, na região, bem poucos colonos atingiram. Os sistemas agrícolas utilizados foram os dois primeiros, com a difusão, nas últimas décadas, de uma lavoura mecanizada, da adubação mineral e do crédito bancário.

9. ROCHE, Jean. Op. Cit. p. 408.

Isto representa o rompimento da agricultura camponesa e a adoção da lavoura comercial capitalista propriamente dita.

Ijuí, na primeira fase de seu crescimento populacional, desenvolveu as duas primeiras fases descritas por WAIBEL. O sistema de "primitiva rotação de terras" foi rapidamente abandonado; a produção a partir de 1911 apresentou crescimento acelerado, atingindo em 1924, segundo ROCHE, o apogeu em termos de volume físico de produção agrícola.

O trabalho agrícola é realizado por toda a família do proprietário e só por ela. Não há praticamente mão-de-obra assalariada, constata-se a existência somente de a gregados e arrendatários, afora evidentemente os proprietários.

A possibilidade de absorção da população está na razão direta da expansão das terras cultiváveis. Pestana já em 1912 alertava para a inexistência de lotes devolutos. Não existindo terras, a retenção da população depende da rotação de terras, do período de repouso exigido para a recomposição da terra. Considerando-se que a estimativa para recuperação de fertilidade é de 12 a 15 anos para as terras boas, nos limites de um lote de 25 ha isso é inviável. WAIBEL estima que uma família de 5 a 7 pessoas (o que é o padrão familiar nas Colônias), necessita 5 ha. para manter um nível razoável de vida. Assim, na melhor das hipóteses, seriam necessários 60 ha. (5 ha x 12 anos) e não 25 ha., ou então o período de pousio deverá ser reduzido, o que intensifica o desgaste da terra. Numa geração o solo está pauperizado e a população encontra-se frente ao impasse antes re

ferido. Ou se caboclica ou emigra. Esta é a alternativa viabilizada no caso de Ijuí.

Além do sistema de cultivo, desempenha significativo papel no desenvolvimento das Colônias o sistema de comércio e escoamento. Os Diretores da Colônia, em seus Relatórios Anuais, reiteradas vezes reclamavam, ao governo estadual, estradas para escoamento, ou tarifas mais baixas para o transporte da produção agrícola.* A dificuldade de acesso, o isolamento das Colônias, incidem diretamente nos preços pagos ao colono. Ainda em 1925 a diferença de preços das Colônias do Planalto para o mercado de Porto Alegre é de 89% na saca de milho; 66% na saca de feijão; 350% na dúzia

* Como ilustração do empenho dos Diretores da Colônia em equacionar o problema que lhes parecia o mais grave, observe-se a persistência do assunto nos sucessivos relatórios anuais que eram remetidos à Secretaria de Estado do Negócios de Obras Públicas. "... continua a ser quase impossível a exportação da maioria dos produtos da Colônia, pelas elevadas tarifas da estrada de ferro e pela falta de uma saída fácil, rápida para o Uruguai". (1907); "...continua sendo muito difícil a exportação da maioria dos produtos..." (1908); "...continua a ser sérias as dificuldades para a exportação de productos das Colônias..." (1909); "...continuam os moradores desta região colonial a não poder exportar muitos productos devido à elevadas tarifas de Viação Férrea do Rio Grande. Apenas 2 ou 3 productos dão resultados compensadores, supportando os elevados fretes". (1910); "...Augmenta dia a dia a exportação dos productos desta região, e muito tem concorrido para isso a última revisão das tarifas da viação férrea, é instável o aumento na exportação da banha, feijão, milho, e madeiras em toras, tábuas, linhas, pranchões, caibros, ripas e esteios". (1912).

de ovos.¹⁰ "Deve-se, enfim, salientar que nas Colônias mais recentes, a incidência do custo dos transportes sobre o preço dos produtos é quase igual ao que era há cem anos, nas antigas Colônias".¹¹

Esta é a situação do "comércio externo"; nos limites da Colônia, o papel fundamental no circuito comercial é desempenhado pela "venda" - casa comercial que adquire a produção agrícola, fornece manufaturas e demais produtos não produzidos na Colônia, empresta dinheiro, financia safras. Seu proprietário, homem proeminente, torna-se amiúde, líder político. A dominação é assim a um só tempo econômica e política.

"O comerciante controlava, pois, todas as operações possíveis numa zona determinada e levantava, antecipadamente, a décima parte de cada uma delas. Era mais que o regulador da vida econômica de um setor, era seu verdadeiro dono. Não se contentava em suspender as contas, também fixava os preços dos produtos agrícolas que comprava e dos gêneros ou objetos "importados" que vendia aos colonos".¹²

Tem-se então aqui alguns dos limites da experiência de colonização que na essência são comuns ao siste-

10. ROCHE, Jean. Op. Cit. p. 408

11. Id. Ib. p. 410

12. Id. Ib. p. 417

ma de colonização, à base da pequena propriedade no Rio Grande do Sul. Ijuí não é exceção... O projeto de colonização que nasce subordinado ao processo de desenvolvimento capitalista mais geral traz em seu bojo uma contradição que é fundamental. O sistema de cultivo é predatório, no dizer de HOLANDA, "era uma lavoura não somente extensiva como dissipadora - antes mineração do que agricultura",¹³ o que em poucos anos acarretava a exaustão do solo, a redução das colheitas, a crise generalizada.

A par dessa dificuldade primeira, a circulação - comércio e transporte - atua no sentido de agravar as dificuldades enfrentadas pelos colonos.

SINGER,¹⁴ ao discutir as migrações internas no interior do sistema capitalista, chama atenção para a necessária identificação do caráter de fatores de expulsão que, segundo ele, podem ser ou de estagnação ou de mudança. No caso em tela, as migrações no interior das áreas coloniais, devem-se à estagnação e crise econômica. A queda da produção, da produtividade e a falta de terras impossibilitam a absorção da crescente população. Assim, na mesma medida em que ocorre o transbordamento populacional das Colônias velhas para novas áreas, a manutenção do mesmo padrão de colo

13. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do Tradutor. In: DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo, Martins, EDUSP, 1972. XVI - XVII.

14. SINGER, Paul I. Op. Cit. p. 96-97.

nização e de exploração agrícola vai gestar as condições para nova crise e nova migração.

Fique entendido que a situação de crise se constitui, de forma mais ou menos lenta, ao longo do tempo. É resultante de um processo. Assim, convém distinguir um momento de euforia, de pioneirismo, de crescimento; e, se de outra forma fosse, que razões haveria para atrair as populações migrantes? Nesse momento, de euforia, Ijuí recebe um significativo volume de imigrantes, o que faz com que a população quintuple no período de 1896 a 1914, com um crescimento geométrico anual de 9,16%. E o outro, é o momento da crise resultante da inadequação do dinamismo social à estrutura produtiva.

3.1.2 - A Emigração

Do estudo do período imigratório ressalta a incapacidade do sistema produtivo característico das áreas de colonização em absorver a população que apresenta acelerado crescimento. Esta incapacidade se revela em toda a sua extensão a partir do período intercensitário que vai de 1920 a 1931, quando tem início um fluxo emigratório constante e volumoso. Importa, agora, além de estabelecer o quantum da população que emigrou, caracterizar o sistema de relações que ao nível local e, também a um nível mais abrangente, determina esse comportamento.

No período 1920 a 1970, a área abrangida pela antiga Colônia de Ijuí perdeu 23.801 pessoas por efeito da emi-

gração. O que isso representa no conjunto da população ijuense talvez possa ser melhor avaliado observando-se o percentual, referido ao saldo vegetativo, das pessoas que emigraram nos respectivos períodos intercensitários: 1920-1931 - 42,8%; 1931-1940 - 58,8%; 1940-1950 - 43,3%; 1950-1960 - 13,8% e 1960-1970 - 40,9%. Estes altos percentuais estão a indicar a criação de um excedente populacional relativo superior a 1/3 do crescimento vegetativo da população. Para onde se dirigiu esta população?

Para a definição do fluxo migratório, o Registro Civil é fonte extremamente precária, pois só ocasionalmente indica a origem (naturalidade) dos nubentes ou dos pais do nascituro e não há qualquer controle quanto ao destino da população. Assim mal se consegue definir a origem e é impossível estabelecer o destino. Somente o estudo da população de outras áreas permitiria confirmar com precisão a direção do fluxo emigratório. Não obstante, estudos mais gerais já têm definido o processo global de ocupação do Noroeste do Rio Grande do Sul e Extremo-Oeste de Santa Catarina, e é para este sentido que as crônicas de municípios apontam. Muitos dos primeiros povoadores, entendido aqui o atual processo de ocupação de municípios como Três Passos, Tenente Portela, Santa Rosa, Três de Maio, Itapiranga(SC), Descanso(SC), são originários de Ijuí.

Num processo que Roche denominou de "enxamagem" a população descendente de imigrantes europeus - os "colonos" - emigra das colônias Velhas para as Colônias Novas no limiar deste século, e destas para o vale do Uruguai, extre-

mo-oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.¹⁵ A reimplantação ocorre no momento em que esgotam-se as possibilidades de trabalho na área, isto é, quando a ocupação do solo está realizada e o preço das terras é suficientemente alto para induzir os filhos dos colonos a emigrarem.

Desta forma a fronteira agrícola representa a possibilidade efetiva de expansão populacional, pois o crescimento vegetativo da população mantém-se ao longo do período razoavelmente estável destinando-se as novas terras à população excedente. De certa maneira os limites econômicos da população ijuiense transbordam dos limites administrativos do município e as terras adquiridas em Santa Rosa e Três Passos são a continuidade da exploração familiar. A racionalidade econômica e demográfica incorpora as novas terras como a continuidade e expansão dos lotes coloniais já existentes em Ijuí. O baixo preço daquelas terras permite que o colono, a par de manter seu lote em Ijuí, adquira para os filhos novas colônias, um pouco e cada vez mais distantes em termos de espaço físico, mas muito próximas no modo de pro-

15. WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (7), 1968. PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1977, v.9. p. 127. BALAN, Jorge Op. Cit. p. 48-50. CARNEIRO, J. Fernando. Op. Cit. ROCHE, Jean, Op. Cit. SOUZA, Itamar de. Migrações internas no Brasil. Petrópolis, Vozes, Fundação José Augusto, 1980. p. 59-62.

dução que se mantém estático. As novas terras serão exploradas da mesma forma que o foram em Ijuí ou nas Colônias Velhas. O saraquã, a enxada, o fogo e o trabalho familiar continuam sendo a tecnologia e a forma de exploração da terra.

A participação do maquinário e de insumos que configuram o processo que se convencionou chamar de "modernização da agricultura" ocorre só muito tardiamente, considerando-se que nas lavouras de Ijuí existiam em 1940 sete tratores; em 1950 - 19; em 1960 - 226 e em 1970 - 1379 unidades, sempre para a mesma área agriculturável. A incorporação da fronteira agrícola se fez com homens, com o fator trabalho e só de forma muito restrita com capital. Assim sendo a fronteira agrícola do sul do país, particularmente a partir de 1930, é um importante absorvedouro de homens, ao contrário do que hoje acontece na fronteira agrícola do país - Centro-Oeste e Norte - que está sendo ocupada pelo capital monopolista sem absorver parcelas significativas da imensa população marginalizada. Uma e outra maneira são desdobramentos de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento econômico do Brasil no período republicano, especialmente a partir de 30, vai definir os parâmetros da expansão capitalista no Sul do Brasil que até meados do século XIX esteve debilmente articulada com o restante do país. Evidência das mais flagrantes do grau desta articulação é dada pelas vastas áreas de "mata e sertão inhóspitos" que recobriam a bacia do Paranã - Uruguai até a expansão cafeeira de São Paulo e dos "colonos" do extremo -

sul, ainda neste século. O interesse na ocupação agrícola da área, ressalvada obviamente a zona cafeeira, é a necessidade de suprimento dos mercados urbanos do centro-sul, cada vez maiores e mais numerosos, e razões geo-política de fixação das fronteiras. Cabe ao Rio Grande do Sul e, por extensão ao Centro e Extremo - Oeste de Santa Catarina, e Sudoeste do Paraná, o provimento alimentar (cereais e carne) das populações do Centro do país (São Paulo e Rio de Janeiro). O Rio Grande do Sul, no início do século, "celeiro do país", era, às vésperas da Grande Depressão, o maior produtor nacional de milho, trigo, batata, uva, cevada, aveia, vinho e charque.¹⁶

Doutra parte a integração através do sistema de transportes reforça-se com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que atravessa a região catarinense do Vale do Rio do Peixe e o Norte do Rio Grande do Sul; um ramal desta estrada alcança Ijuí, em 1911. As rodovias, extremamente precárias, acompanham o ritmo e a direção da ocupação agrícola. Ijuí, Erechim e Passo Fundo atuam como entrepostos atacadistas que atendem a área gaúcha e catarinense, ao mesmo tempo que, ao adquirirem a produção agrícola, constituem-se em pontos de transbordo da produção em direção aos mercados nacionais.

16. CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, São Paulo, Forense, 1971. v.2, p. 57.

Numa escala mais ampla, Porto Alegre vai atuar como metrópole regional, compondo seu hinterland o Rio Grande do Sul e as novas áreas coloniais de Santa Catarina; e Paraná, em menor escala.

Ijuí permanece marcadamente agrícola até os dias atuais e com mais razão no período de 1920-1950. A taxa de urbanização do município passa de 5,7%, em 1914, para 14,2% em 1940; 19,1% em 1950 (a taxa estadual era de 31,1% já em 1930); 33,7% em 1960, e em 1970 apresenta-se com 46,9% enquanto a urbanização do Rio Grande do Sul atinge 53,3%. Como se observa, até 1950 a urbanização é extremamente baixa, posto que a divisão espacial do trabalho ainda não estava plenamente desenvolvida. Encontram-se na zona rural muitos estabelecimentos industriais que transformam a produção agrícola no local mesmo - moinhos coloniais, engenhos de cana, ferrarias, olarias, serrarias, soques de erva mate, casas comerciais que não só vendem manufaturados como também compram as safras agrícolas. A cidade permanecia como centro administrativo, financeiro, educacional (o primeiro ginásio é criado na década de 40).

Se atentarmos para o fato de que em 1950 a população urbana de Ijuí representava 9.422 pessoas, tendo mais que duplicado no decorrer da década, atingindo 21.399 habitantes em 1960, constata-se a ocorrência de significativas modificações no quadro geral. O gráfico a seguir permite observar claramente o crescimento urbano e rural, diferenciado ao longo do período e a aceleração do processo de

urbanização nas últimas décadas.

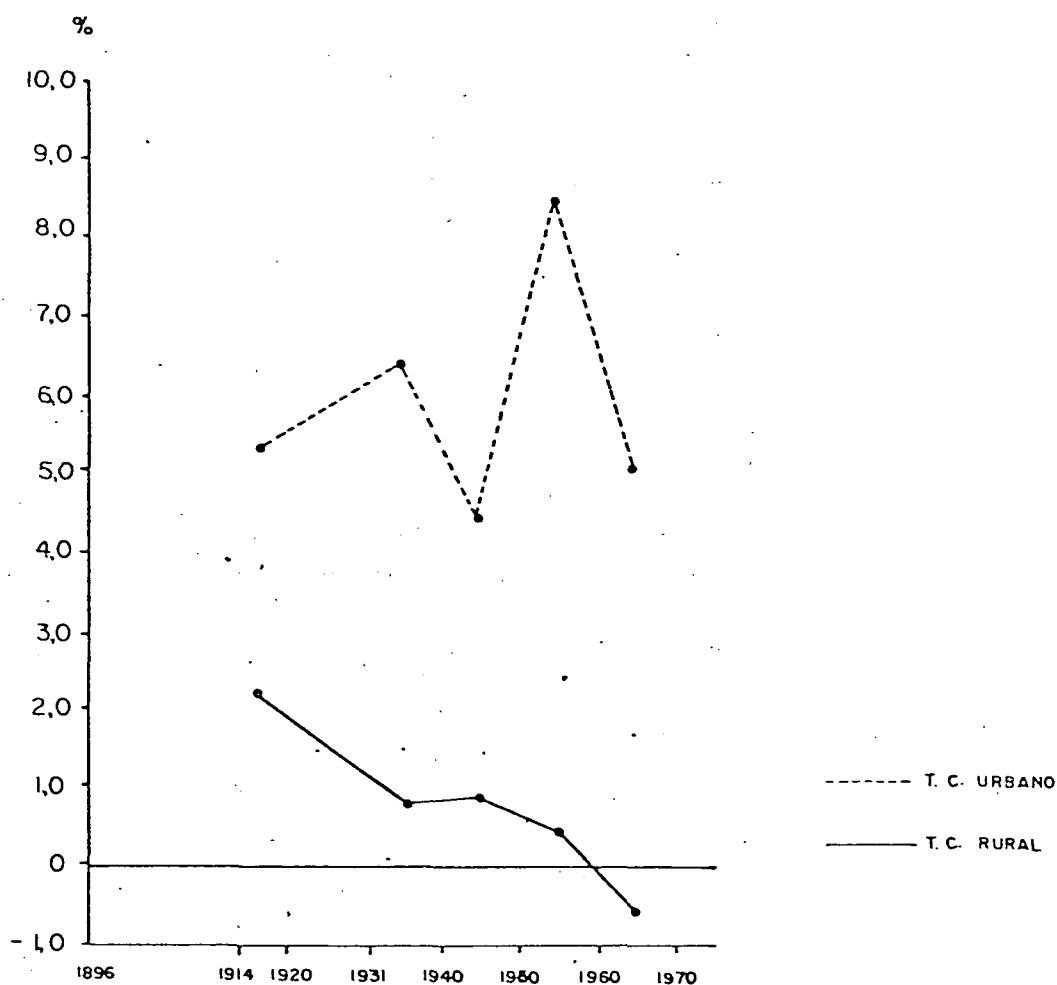


Gráfico nº 2 - Evolução das taxas geométricas anuais de crescimento rural e urbana da população de Ijuí.

A compra de cereais é açambarcada por três ou quatro empresas comerciais que inclusive instalarão filiais em Porto Alegre, quando não a matriz mesmo; as pequenas serrarias desaparecem por falta de matéria-prima local, permanecem algumas madeireiras na cidade, que trazem madeira de Santa Catarina, controlando assim o mercado; os moinhos coloniais enfrentam problemas inclusive de ordem fiscal; a pro-

dução de cachaça entra em colapso devido à concorrência da cachaça paulista; da mesma forma os refrigerantes e cervejas produzidos localmente não resistem à ação das multinacionais de bebidas; a agricultura deixa de atender a subsistência familiar para dedicar-se à produção eminentemente comercial.

Nestas condições a economia sofre um marcado processo de monopolização que se desenvolve em duas etapas. Primeiramente ocorre maior especialização das funções econômicas, cabendo à zona rural a produção agrícola e à cidade o fornecimento de manufaturas e serviços, essa especialização se faz primeiro num circuito local que se amplia em âmbito nacional; a monopolização atua não somente em termos espaciais mas também verticalmente com a dominação regional e nacional do mercado através do desenvolvimento de economias de escala. A economia local subordina-se cada vez mais a agentes externos, centros industriais-financeiros maiores como Porto Alegre e São Paulo.

É este mecanismo de monopolização da economia que caracteriza o processo de integração econômica do país como um todo, sob a direção do Sudeste.

"Com a unificação do espaço econômico nacional, a produção industrial do Centro-Sul passou a aumentar não apenas com o crescimento do seu próprio mercado, mas também com o das outras regiões; o acirramento da concorrência debilitou o crescimento industrial nas áreas periféricas do país (...). Existe igualmente evidência de considerável destruição do artesanato rural e semi-rural, pela penetração direta, nas zonas rurais mais atrasadas, de produtos fa-

bris do sul (ou de fábricas locais que já haviam sido levadas pela concorrência' a suprir, com produtos inferiores, zonas rurais).¹⁷

O desenvolvimento agrícola por seu turno apresenta-se com alguns problemas. Já foram referidas neste trabalho as formas tradicionais da produção agrícola das Colônias Velhas e que são transferidas para Ijuí.

A primeira questão é: o que é produzido em Ijuí? O quadro a seguir permite definir o caráter especializado da agricultura que normalmente se diz policultora. No período mais colonial da agricultura ijuieense, dois ou três produtos representam aproximadamente 90% da produção total. O milho destaca-se aí pelas suas possibilidades na alimentação humana e animal, completando-se com o feijão e o trigo. A ascensão da produção da mandioca e da cana-de-açúcar no final dos anos 30 é sintoma de enfraquecimento das terras, particularmente a cultura de mandioca. No final do período a situação apresenta-se de forma distinta. Os cultivos tradicionais perdem sua importância, cabendo ao trigo e à soja o predomínio do valor produzido. É sabido que a lavoura de soja e de trigo nos termos em que é praticada, exige altos volumes de insumos, maquinário, conseguidos através do crédito rural subsidiado pelo governo federal. A ascensão do trigo, e especialmente do soja, é indicador suficiente do processo de modernização que envolve a agricultura da região.

17. LOPES, Juarez Rubens Brandão. Op. cit. p. 132.

Quadro nº 5 - Composição relativa do valor da produção agrícola em Ijuí.

Produto	A N O S					
	1914	1920	1931	1939	1949	1969
Milho	79,4	86,3	86,0	38,1	10,4	13,0
Feijão	10,0	2,6	2,4	2,8	0,7	0,1
Cana-de-açúcar	-	2,9	-	34,3	17,7	9,9
Mandioca	-	2,0	-	21,2	65,9	23,5
Trigo	8,5	2,5	6,3	1,1	2,4	28,1
Soja	-	-	-	-	0,6	24,4
Diversos	2,1	3,7	5,3	2,5	2,3	1,0

Fonte: Censos.

Alteraram-se não só os cultivos preferenciais, mo difícaram-se também os índices de produtividade. O rendimento por hectare caiu brutalmente pelo uso permanente do solo agrícola e pela ausência de tratos culturais mais sofisticados. Segundo Roche¹⁸, para os anos de 1920 e 1950 a produtividade em tonelada/hectare caiu de 2,3 para 0,6 no caso do milho; a do feijão de 1,2 para 0,2; a da batatinha de 10,0 para 3,3. Não bastasse a queda de produtividade, a fragmentação das propriedades também se faz presente.

Considerando-se que a área total do município é de aproximadamente 182.100 ha. tem-se a seguinte evolução da área média das propriedades agrícolas.

18. ROCHE, Jean. Op. Cit. p. 266.

Quadro nº 6 - Número de propriedades e área média em ha.
Ijuí 1920-1970.

Ano	1920	1940	1950	1960	1970
Nº de propriedades	3082	4420	4533	6099	7742
Área Média ha.	41,5	37,5	41,0	27,9	23,5

Fonte: Censos Nacionais.

A situação da agricultura ijuiense é de crise, a produtividade por hectare decresce; as propriedades são fragmentadas. Não bastasse isso, a especialização espacial do trabalho faz com que o produtor rural tenha cada vez mais que produzir mercadorias, condição necessária para sua inserção, cada vez mais intensa, no mercado capitalista. A especialização torna o agricultor dependente da cidade que lhe fornece a totalidade de manufaturas e serviços, e mais recentemente a quase totalidade da cesta alimentar. As relações de troca "campo x cidade" se estabelecem em benefício da cidade num mecanismo que colabora para a transferência da acumulação para a cidade. Esta descapitalização será mais um fator a dificultar o desenvolvimento da agricultura, favorecendo aliás a minifundização/pauperização dos agricultores.

A emigração entendida socialmente é um fenômeno que se realiza ou por fatores de mudança (modernização agrícola no caso) ou de estagnação do sistema produtivo; tem-se então duas situações distintas. Quando os fatores são de

mudança as áreas".

...pierdem población pero la productividad aumenta, lo que permite en principio, un mejoramiento de las condiciones de vida locales que dependen del sistema de fuerzas sociales y políticas que condicionan la redistribución del ingreso. Los segundos presentan estanciamiento y aun deterioro de las condiciones de vida, funcionando a veces como "viveros de mano de obra" para los latifundios y las grandes explotaciones capitalistas (...) es común que el "desarrollo regional" facilite la penetración del capitalismo en la agricultura de las áreas que serán desarrolladas, lo que viene a cambiar el carácter de los factores de expulsión, que ahora pasan a ser consecuencia del cambio, aumentando considerablemente el volume de tales flujos. Cuando la agricultura se torna capitalista expande fuertemente su demanda de mercancías oriundas de la economía urbana; instrumentos de trabajo, insumos industriales' (energía eléctrica, combustible, fertilizantes químicos, insecticidas, raciones, etc.), bienes de consumo industrializados y servicios (de transporte, comerciales, financieros, etc.), producidos en la ciudad. Se profundiza la división del trabajo entre el campo y la ciudad, lo que causa un aumento de la demanda del producto urbano por parte de la agricultura que no puede dejar de reflejar un crecimiento de la demanda de fuerza de trabajo en la ciudad"¹⁹

Obviamente estas considerações referem-se a um "modelo" que se apresenta marcado pelas condições objetivas

19. SINGER, Paul I. Op. Cit. p. 94ss.

de uma realidade concreta. Pode-se aceitar que Ijuí no período 1920-1950 apresentava uma agricultura com dificuldades crescentes. A agricultura, afora apresentar-se com baixa rentabilidade, estava cada vez mais subordinada à cidade. A população excedente não se dirigiu para latifúndios porque estes (estâncias, no Rio Grande do Sul) apresentavam baixa oferta de emprego, dirigem-se então, como já foi referido, para áreas de fronteira agrícola.

Ao mesmo tempo que a estância não absorve a mão-de-obra excedente das colônias, o parque industrial gaúcho, que no início do século possui uma destacada posição a nível nacional, não consegue acompanhar nem o ritmo de crescimento industrial do país e nem o da demanda de emprego a nível estadual. O Rio Grande do Sul detentor de um razoável parque industrial interligado com o setor agrícola era no dizer de BARROS, no início do século um bem sucedido exemplo de desenvolvimento econômico "voltado para dentro". Com o processo de integração econômica do país, comandado pelo sudeste, a indústria gaúcha sofre a concorrência especialmente de São Paulo e a agricultura do Rio Grande do Sul é atingida pela incorporação de novas áreas agrícolas - Paraná, Centro-Oeste e mesmo áreas cafeeiras decadentes em São Paulo.

A subordinação da agricultura à cidade significa a integração na economia de mercado, já agora em âmbito nacional. A modernização agrícola que se inicia nos anos 50 na Região Noroeste do Rio Grande do Sul responde diretamen-

te às necessidades monopolistas do capital, comandada pela indústria do Centro do País.

A partir da industrialização do Sudeste ocorre uma redivisão do trabalho que afeta, especialmente, as regiões Nordeste e Sul que se tornam mais exportadores regionais de produtos agrícolas e mais importadores de manufaturas do Sudeste.

"O Sudeste que tinha, até um certo momento, toda uma estrutura produtiva voltada para a agricultura, quando começa a industrializar-se repassa esta tarefa para o Nordeste e Sul, para ter como atividade principal a indústria (...) é conhecida a deterioração dos termos de troca nesse esquema em detrimento do Nordeste e do Sul. O Sudeste continua a quase "monopolizar" o setor indústria, que é o setor de ponta da economia, e a absorver para si todos os ganhos desse setor, que é altamente produtivo".²⁰

Ainda segundo OLIVEIRA

"um requisito estrutural da expansão capitalista no Brasil é o de homogeneizar o espaço econômico nacional, para performances do tipo requerido pela estrutura de unidades produtivas (...) dada uma certa estruturação do sistema em termos do tamanho das empresas, apenas as empresas de tipo monopolístico podem realizar a tarefa de reprodução do capital".²¹

O que vai acontecer em Ijuí e Região? Intensificam-se os cultivos de trigo e soja, especialmente este último

20. OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência im-perfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 51-52.

21. Ibidem. p. 62.

mo. Para atender às determinações da nova distribuição inter-regional do trabalho a região especializa-se na produção de trigo "na busca da auto-suficiência nacional" e do soja para suprir a demanda da indústria nacional de óleos comestíveis. Através desses dois cultivos ocorre a integração "indústria - agricultura" pela aquisição dos insumos industriais necessários à agricultura (tratores, adubos, defensivos, máquinas agrícolas). A mecanização da lavoura toma o impulso que pode ser avaliado pelo número de tratores utilizados: 19, em 1950; 226, em 1960; 1379, em 1970.

A mecanização agrícola e, de resto, a própria exiguidade da maior parte das propriedades rurais, faz com que a mão-de-obra seja quase que totalmente familiar. O êxodo rural se acentua já não só em direção à fronteira agrícola, agora de mais difícil acesso, mas também às cidades. Ijuí apresenta um crescimento rural cada vez menor chegando a apresentar índices negativos no período 1960-1970.

Após 1950, Ijuí efetivamente adquire foros de cidade. Apresenta, a par da indústria, crescente estrutura de serviços que por força da divisão do trabalho já aludida concentrou-se na cidade. A população urbana de 1950-70 cresce 372% e paralelamente aumenta o emprego urbano com o surgimento de casas comerciais, indústrias, bancos, escolas, serviços de saúde e lazer. O incremento das atividades econômicas na cidade absorverá parcela de população que busca melhores condições de vida. Parcela da população é compelida a permanecer na busca de condições alterna-

tivas de vida, posto que as oportunidades são necessariamente insuficientes, daí o crescimento da marginalização urbana com seus corolários-desemprego e sub-emprego.

A migração para a fronteira agrícola modifica-se, pois, agora, a fronteira, localizada no Centro-Oeste ou na Zona de Campanha Gaúcha, não comporta mais a pequena propriedade tradicional. É uma agricultura empresarial que exige mecanização, uso de insumos industriais e produção em larga escala. Transferem-se capitais e não tanto população. A nova fronteira compõe-se, não mais de famílias de pequenos agricultores, mas de empresários que, mantendo suas propriedades originais ampliam, seus negócios sem se transferirem com "armas e bagagens". Fazem-se presente nesse processo a concentração de renda e a busca de economias de escala nos moldes impostos pela nova forma que assume a produção capitalista.

Se nas primeiras décadas Ijuí constitui-se em área de atração populacional em consonância com a expansão agrícola que aí se desenrolava, as vicissitudes desse processo de exploração agrícola vão fazer com que se altere o processo migratório com a inversão do sentido do fluxo. Passado o período de imigração desenvolve-se a emigração que assume também magnitude significativa. A emigração processa-se sob dois influxos, no período de 1920-1950, mercê da existência de uma fronteira agrícola próxima e acessível e graças à possível reprodução do capital observa-se a transferência da população e de capitais de Ijuí para as áreas

mais ao Norte - calha do médio Rio Uruguai, oeste catarinense e sudoeste do Paraná. Essa expansão se dá, articulada com as necessidades do desenvolvimento capitalista nacional que "atribuía" à região Sul a responsabilidade de fornecer a produção alimentar necessária às populações envolvidas na atividade industrial especialmente de Rio de Janeiro e São Paulo. O segundo influxo deriva também da nova articulação do desenvolvimento econômico do país, nos moldes capitalistas que, realizado agora a nível monopolista e com maior grau de integração nacional da economia, compele a agricultura da região a assumir novos padrões. Ocorre, então, maior especialização com produção marcadamente comercial da queles produtos que ofereçam vantagens comparativas, o que leva à especialização trigo/soja, à mecanização da lavoura, e à predominância da empresa agrícola. Esse mesmo modelo é reproduzido nas novas fronteiras agrícolas, tudo isto com reflexos no comportamento migratório da população que vê restringirem-se as oportunidades de trabalho no campo, partindo, então, para a cidade, que é o espaço que lhe resta, embora muitas vezes como marginalizada. Característico desse novo processo é o crescimento da urbanização, da migração rural-urbana, em detrimento da antiga migração rural - rural.

3.2 - MOVIMENTO VITAL:

Realizado o levantamento individual de todas as Atas de Nascimentos e Óbitos transcritos nos Livros dos quatro Cartórios de Registro Civil* que circunscrevem a área de estudo, os dados podem ser apresentados conforme o gráfico nº 3.

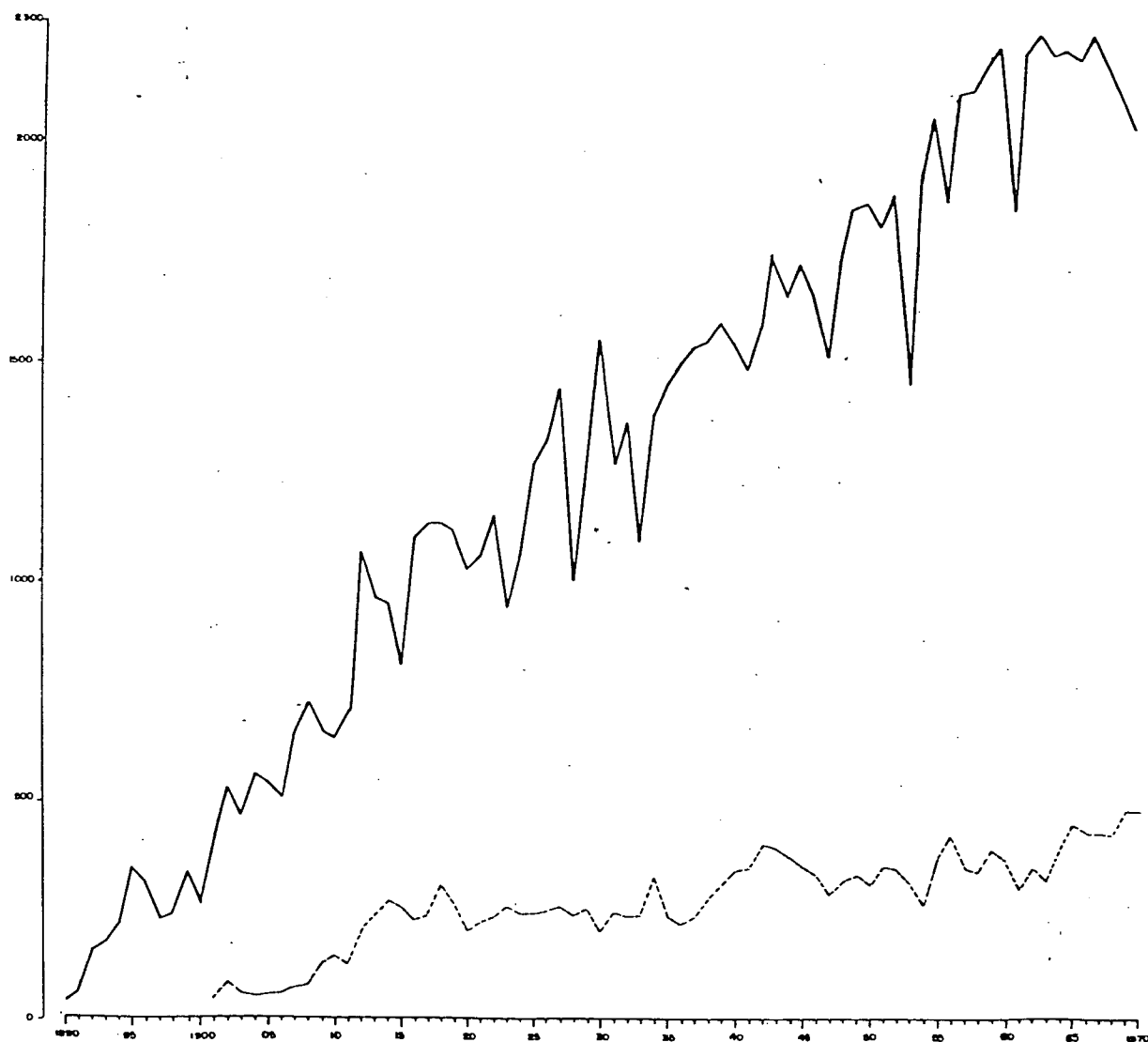
Da leitura do mesmo ressalta o caráter tendencialmente crescente do número anual de nascimentos. À primeira vista isto indica crescimento populacional, suposição que é reforçada pelo saldo vegetativo que se apresenta positivo e que, inclusive, amplia-se ao longo do período. Mas, em si mesmo, esse conjunto de informações é pouco significativo, faz-se necessário analisá-lo em confronto com a estrutura populacional em períodos determinados.

Como a natalidade e a mortalidade só adquirem significação analítica no momento em que estiverem referidos ao conjunto da população é necessário considerar o quantum populacional da área em estudo e as respectivas taxas de Natalidade e Mortalidade.

As taxas brutas de natalidade e mortalidade são reconhecidamente rudimentares, muito embora permitam já uma

* Os Cartórios que abrangem a área da antiga "Colônia do Ijuhy Grande", hoje municípios de Ijuí, Augusto Pestana, Ajuricaba, são: Cartório do Registro Civil de Ijuí (sede), Cartório do Registro Civil de Dr. Bozano; Cartório de Registro Civil de Cadeado (Augusto Pestana), Cartório do Registro Civil de Augusto Pestana.

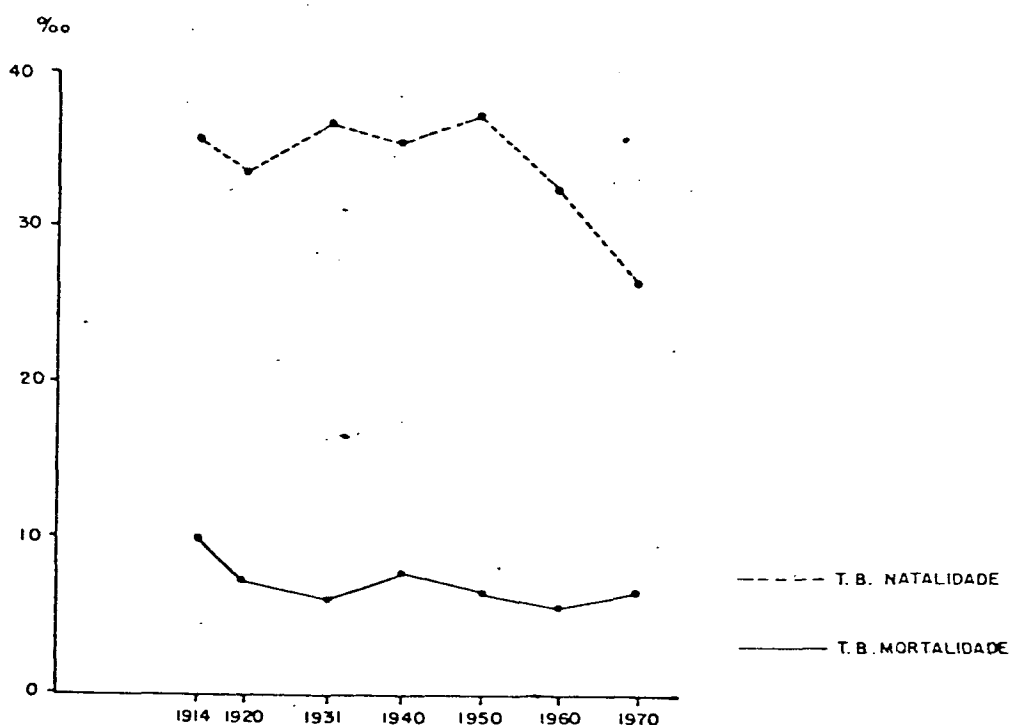
Gráfico nº 3 - Movimento anual de nascimentos e óbitos do município de Ijuí. 1890-1970.



Fonte: Cartórios de Registro Civil de Ijuí.

aproximação do comportamento demográfico da população em estudo. Para controlar variações conjunturais as taxas foram calculadas sobre a população total apresentada nos sucessivos censos e a média trianual (ao redor do ano do censo) dos eventos ocorridos. Os resultados mostram níveis altos e relativamente estáveis de natalidade nos cinco primeiros censos e uma baixa nos dois mais recentes; a mortalidade por sua parte apresenta-se excepcionalmente reduzida ao longo de todo o período, e no conjunto, decrescente.

Gráfico nº 04 - Evolução da Taxa Bruta de Natalidade e da Taxa Bruta de Mortalidade de Ijuí, 1914-1970.



A ocorrência de sub-registro de nascimentos para a população brasileira foi constatada de forma empírica em recentes estudos, entre outros os da Organização Mundial da Saúde e da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo. No estado de São Paulo o sub-registro varia de 5,4% na cidade de São Paulo a 8,5% e mesmo 10% no interior.²²

Com relação aos óbitos o sub-registro é também significativo, como refere a Fundação de Economia e Estatística, "o sub-registro de óbitos é flagrante, pois os coeficientes de 8,3‰, 7,0‰, e 6,9‰ (para o RS), são baixíssimos, inclusive inferiores aos assinalados para a Europa em seu conjunto 10,0‰ (na década de 60).²³

No presente estudo, o levantamento individual das ocorrências vitais, através das Atas do Registro Civil, praticamente elimina os casos de Registro atrasado. Entretanto, a questão do sub-registro permanece indefinida pois a par de inexistirem estudos empíricos a respeito que permitam uma generalização confiável, a análise interna dos dados ora coletados não permite qualquer inferência. Embora exista a possibilidade de utilização de tratamento estatístico mais sofisticado, o mesmo não foi executado, na suposição de que a determinação do sentido e ordem de grandeza do fenômeno estudado é o que importa efetivamente.

22. FUNDAÇÃO IBGE. Op. Cit. p. 14.

23. INDICADORES SOCIAIS RS. Porto Alegre, 3 (3): 14, 1975.

3.2.1 - A Fecundidade

Os fatores sôcio-econômicos que atuam tão diretamente no movimento migratório exercem também, embora de forma menos direta e imediata, pressão no sentido de configurarem os padrões de natalidade/fecundidade e mortalidade de uma população.

O combate à morte é aspiração de toda sociedade, é comportamento socialmente sancionado e louvado e, em razão disso, há um esforço constante na tentativa de redução dos níveis de mortalidade. A adoção de novas técnicas de saneamento, os progressos da medicina, a melhoria geral da saúde repercutem favoravelmente no aumento da esperança de vida e na redução da mortalidade geral e infantil. De forma oposta, a natalidade modifica-se mais lentamente. O rompimento do padrão tradicional de alta natalidade exige modificações significativas na esfera sôcio-cultural, posto que em muitas sociedades o ter muitos filhos é comportamento desejado socialmente. A família está organizada para ter muitos filhos, a esterilidade é um estigma, enquanto a prolificidade é sinal de bons augúrios. A redução da natalidade representa assim a necessidade de inversão da atitude prô natalista tradicional.

As alterações dos níveis de fecundidade encontram-se fortemente sujeitas à influência da estrutura populacional, dos movimentos sociais da população. A fim de melhor definir o padrão de reprodução da população é que se

lança mão do Coeficiente Geral de Fecundidade, isto é, número de nascimentos por 1.000 mulheres em idade de procriar (15 - 49 anos).

A Taxa Geral de Fecundidade está diretamente ligada ao contingente populacional feminino, que define os níveis possíveis da reprodução. A proporção homens-mulheres nesta faixa dos 15 aos 49 anos vai influenciar a natalidade, as Taxas Brutas de Natalidade, sem que haja necessariamente alteração do padrão de fecundidade.

A análise comparativa das Taxas Brutas de Natalidade e Taxa Geral de Fecundidade define um movimento de diminuição do número relativo dos nascimentos. Enquanto as Taxas Brutas de Natalidade alternam altas e baixas até 1950 quando caem de forma acentuada e sucessiva nos anos 1960 e 1970 a fecundidade cai de forma contínua desde 1931. O padrão de natalidade/fecundidade tende a baixar, considerado a longo prazo.

A redução das taxas de natalidade/fecundidade ha vida em Ijuí é parte de um processo mais amplo que abrange o estado e mesmo o Brasil. A tabela a seguir mostra a alteração simultânea do padrão de fecundidade/natalidade em Ijuí e no Rio Grande do Sul.

Quadro nº 7 - Taxas Brutas de Natalidade (TBN) e Coeficiente Geral de Fecundidade (CGF) em Ijuí e Rio Grande do Sul.

Ano	TBN		CGF	
	Ijuí	RS	Ijuí	RS
1914	35,5		192,4	
1920	33,5		164,1	
1931	36,7		170,6	
1940	35,6		160,8	
1950	36,9	28,9	152,9	135,4
1960	32,7	25,3		157,7
1970	26,4	18,9	113,4	133,3

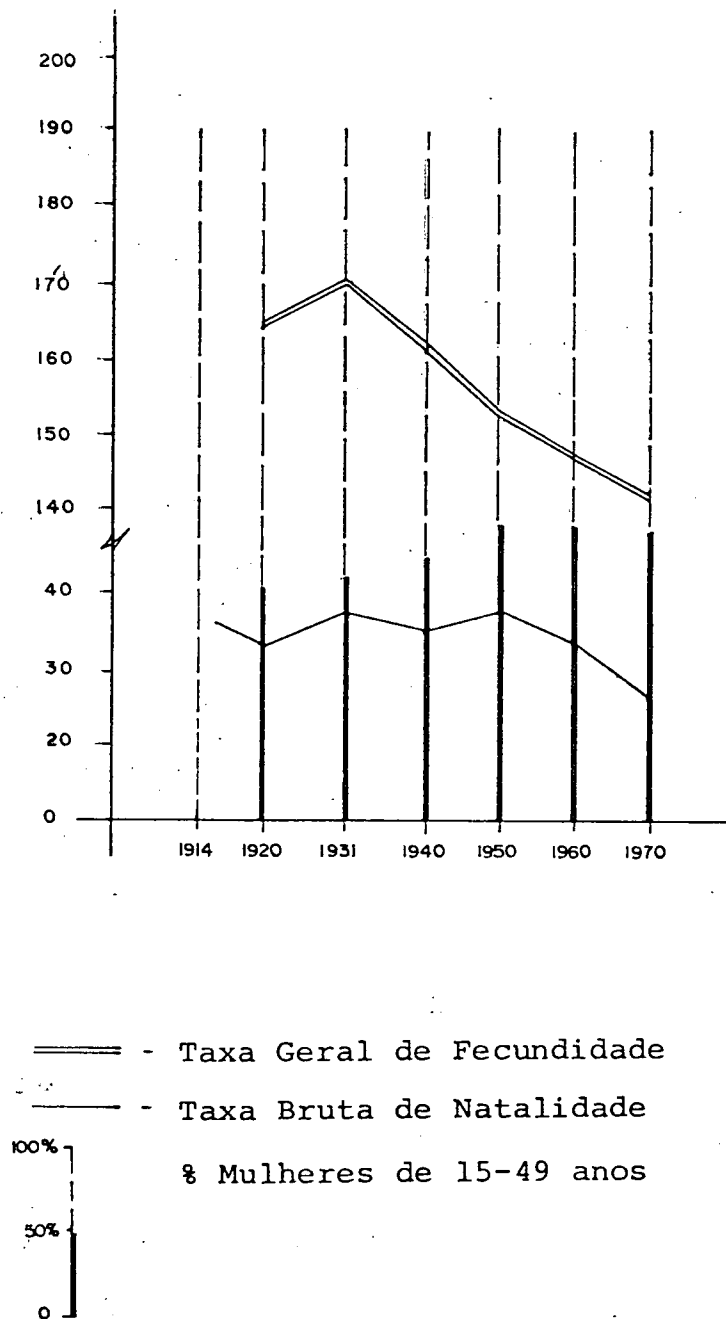
É de supor-se que as modificações no comportamento reprodutivo destes conjuntos populacionais obedeçam a uma mesma ordem de fatores. Esses fatores devem ser buscados a nível nacional que é instância relativamente determinante dos diversos padrões de comportamento social. A partir de 1930 o processo de urbanização/industrialização, ampliação do mercado interno, e integração político-econômica

e cultural do país acelera-se promovendo o desenvolvimento' do capitalismo no país. Entende-se que o avanço espacial e social do capitalismo e a conseqüente integração nacional sejam os elementos explicativos mais gerais do comportamento populacional na área.

Retomando o gráfico nº 4 percebe-se que a natalidade tem um comportamento mais vacilante em razão do componente populacional feminino. Esse comportamento se explica pela, percentualmente crescente, participação feminina no conjunto da população. A respeito é conveniente assinalar que a razão de masculinidade é decrescente o que significa, obviamente, que aumenta a parcela feminina. Acrescente-se que em razão das alterações da estrutura etária os primeiros censos apresentam menores percentuais de mulheres sujeitas a gravidez. Assim a população geral feminina cresce em termos relativos e o contingente potencialmente 'reprodutivo amplia-se em relação ao respectivo conjunto da população feminina.

A ocorrência de TBN mais elevadas, após 1920, resulta basicamente do aumento do contingente feminino em idade de procriar e não por uma suposta alteração do padrão de reprodução, pelo menos neste sentido. De posse da Taxa Geral de Fecundidade percebe-se com mais fidelidade quais são as modificações do padrão de reprodução da população de Ijuí. Há uma queda continuada da taxa de Fecundidade 192,4‰ em 1914 para 113,4‰ em 1970. Define-se aqui a intensidade e o sentido das modificações no comportamento re-

Gráfico nº 5 - Taxa Bruta de Natalidade e Taxa Geral de Fecundidade (‰) e percentual das mulheres em Idade de Procriar (15 - 49 anos) da população feminina de Ijuí.



Fontes: Registro Civil, Censos locais, Censos Demográficos do Brasil.

produtivo da população ijuicense.

Com efeito, a queda da taxa geral de fecundidade da população ijuicense, fenômeno que ocorre a partir de 1931, demonstra a existência de modificações no comportamento reprodutivo da população. É possível afirmar que a redução da taxa de reprodução responde de forma direta às vicissitudes enfrentadas pela população em seu esforço de prover os necessários meios de vida. Retomando o exposto anteriormente observa-se a partir de 1920 uma estrutura econômica em crise que desemboca nas modificações do sistema de trabalho e de produção a partir dos anos 60. O município atravessa um período de estagnação que ocasiona acentuada emigração em razão da exaustão e escassez das terras e a reduzida expansão do mercado de trabalho urbano. Em suma, é a problemática reprodução do capital. Referente na reprodução dos homens, reprodução esta que procura adequar-se através da redução do nível de fecundidade.

A leitura do gráfico a seguir permite relacionar os Coeficientes Gerais de Fecundidade; a área média das propriedades rurais e a frequência de emigrantes sobre 1.000 nascidos vivos; ilustra, ainda, de forma cabal, as relações causais ora referidas.

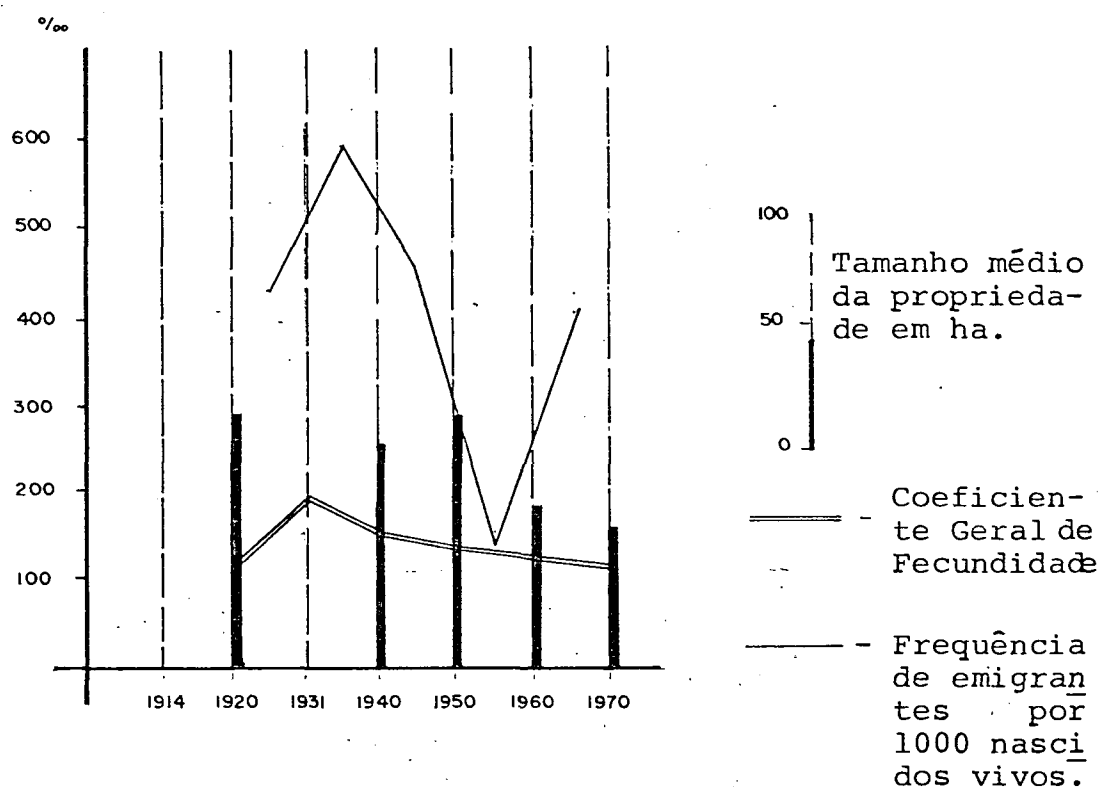


Gráfico nº 6 - Evolução do Coeficiente Geral de Fecundidade ,
da área média das propriedades rurais e fre -
quência de emigrantes por 1.000 nascidos vivos

3.2.2 - A Reconstituição de Famílias

O estudo do Registro Civil e Paroquial constitui-se em riquíssima fonte documental e tem suas qualidades ampliadas sempre que se puder reconstituir as genealogias, o que permite observar o padrão de reprodução da população . A técnica de reconstituição de genealogias através dos Registros Vitais foi desenvolvida intensamente pelo Institut Nationale d'Études Demographiques-INED - de Paris, particularmente graças ao esforço de HENRY e FLEURY, que em seu conhecido "Manuel ..." discutem, propõem e exemplificam pormenorizadamente todos os procedimentos necessários à confecção das Fichas de Família.

Considerando-se que o casamento é o ponto de partida da família conjugal, é dele que deve iniciar-se o preenchimento da ficha de família e por extensão a reconstituição de famílias. Cada casamento é uma nova família, isto significa uma nova ficha em que é lançado o nome, filiação, data de nascimento e casamento dos cônjuges; data de nascimento, óbito, casamento dos filhos; data do fim da observação, entre outras informações. De posse dessas informações extraídas das Atas de casamentos, nascimentos e óbitos, e eventualmente de listas nominativas, é possível determinar o número de filhos por casal, o intervalo intergenésico, a fecundidade feminina por grupo de idade, afora outras informações.

Considerando-se como amostra a população registrada no Cartório Distrital de Dr. Bozano tem-se, no período de 1925-1970, 1596 casamentos que resultam em igual número de fichas de família. A escolha da população do Distrito de Dr. Bozano prende-se a duas ordens de fatores: de um lado a população atingida é razoavelmente homogênea e estável e, sendo rural, é bastante representativa da população ijuiense toda ela profundamente marcada pela agricultura; de outro lado a reconstituição da família de toda a população do município representaria um trabalho por demais extenso e oneroso relativamente às dimensões deste estudo, se for considerada a obrigatoriedade do levantamento nominativo dos nascimentos, casamentos e óbitos de toda população ijuiense por um período superior a 60 anos.

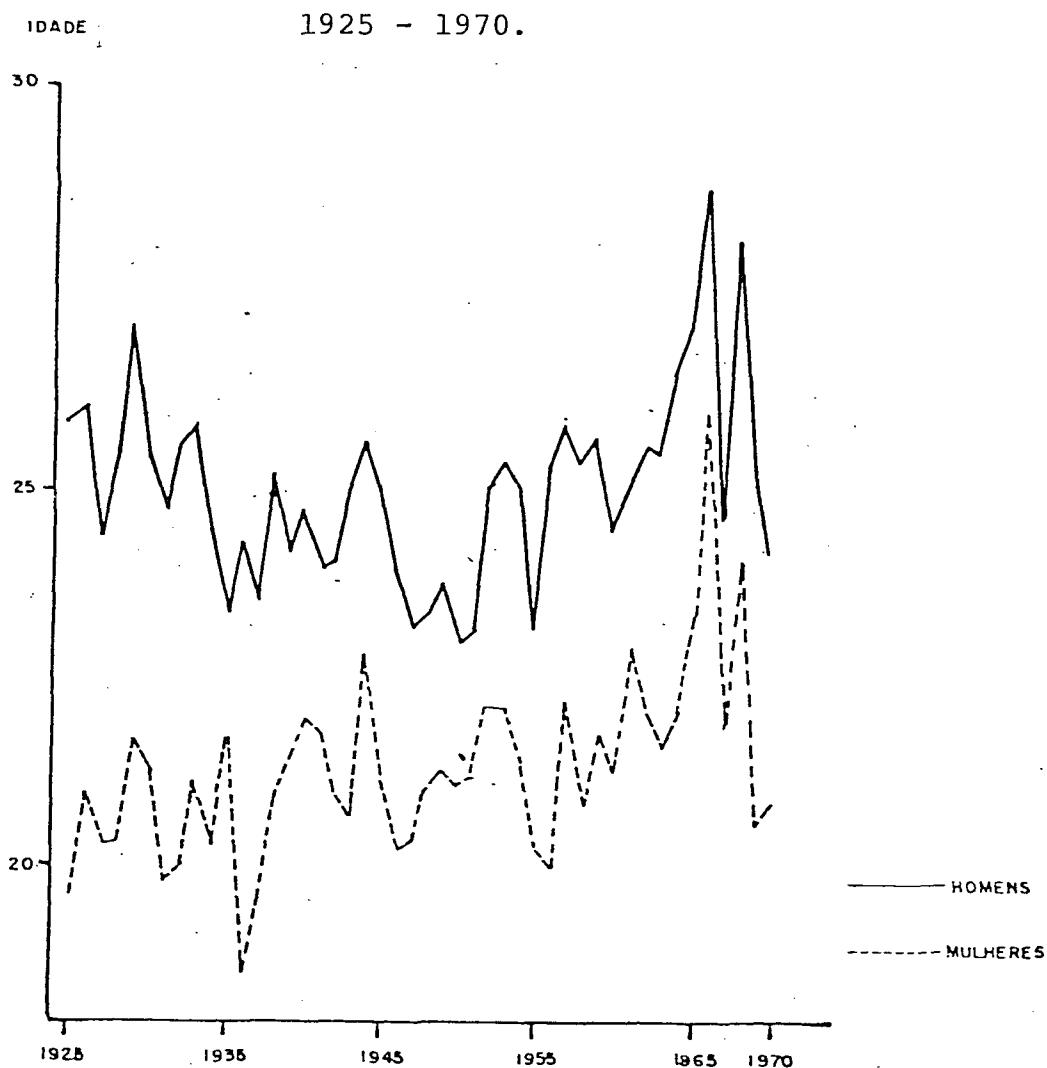
Do total dos 1596 casamentos, 1078 correspondem à primeira geração; 478, à segunda geração, isto é, filhos de pais casados no Cartório de Dr. Bozano; e 40 representam a terceira geração, os netos.

A título de ilustração do trabalho desenvolvido observe-se a seguir três fichas de família construídas com base nas informações das Atas do Registro Civil e referentes a três gerações de uma mesma família.

O primeiro dos indicadores que pode ser definido é a idade ao casar dos nubentes. No cômputo geral definem-se as médias de 24,87 e 21,27 anos, respectivamente para os Homens e as Mulheres. Da análise das médias anuais deprende-se uma tendência de elevação da idade ao casar. Essa elevação é bem mais nítida para o caso das mulheres, embora seja perceptível também entre os homens.

O conjunto das médias anuais é apresentado no quadro e gráfico a seguir. O agrupamento das médias em quartis facilita a percepção do fenômeno. Assim, para os homens a idade média ao casar é 25,06 anos no primeiro quartil, 24,23; 24,27; 25,73 anos nos demais quartis; a idade média ao casar das mulheres é de 20,46; 21,05; 21,18; 22,37 anos respectivamente nos primeiro, segundo, terceiro e quarto quartis.

Gráfico nº 7 - Idade Média ao casar - Cartório Dr. Bozano,



Numa sequência cronológica é o caso de examinarmos o comportamento relacionado com o intervalo intergerênico - período entre a data de casamento e a de nascimento do primogênito, ou entre um e outro nascimento.

Grande parte das fichas de casamento apresentam-se sem a anotação do nascimento de filhos. Parte dessa população são casais estêreis, mas a parcela mais significativa deve ser formada de casais que migraram e, ainda, noivos de outras localidades que, embora casem na localidade da noiva (Dr. Bozano), aí não fixam residência.

Dos casais com filhos, num agrupamento quinqüenal, segundo a data de casamento, encontra-se a seguinte frequência percentual de nascimentos do primogênito.

Quadro nº 8 - Frequência % do nascimento do primogênito observando o intervalo, em meses, entre o casamento e o nascimento do primogênito.

Casamentos no período	Intervalo em meses					
	12	13/18	19/24	25/30	31/36	+36
1926/30	37	18	2	14	4	23
1931/35	59	0	4	9	4	22
1936/40	43	6	18	6	6	18
1941/45	50	18	5	5	5	18
1946/50	47	20	11	0	3	17
1951/55	48	22	9	6	0	13
1956/60	65	8	13	0	4	8
1961/65	48	29	3	7	3	7
1966/70	63	10	3	6	3	13

Fonte: Cartório Registro Civil de Dr Bozano.

Há uma tendência, embora não muito definida, no sentido de aumentar a frequência do primogênito no primeiro ano de casamento; esse procedimento atesta uma redução do intervalo intergenésico. No caso, o primogênito tende a nascer cada vez mais cedo. Essa tendência fica mais clara

considerando-se os primeiros 18 meses quando então o número de casais que tem seu primogênito nesse espaço de tempo chega a 77% dos casais no período 1961/65.

Ainda estudando as fichas de família, é possível definir o número médio de filhos por família, segmentando o conjunto em distintos e sucessivos períodos de duração do casamento: as famílias com até cinco anos de casamento, um segundo grupo de famílias com 10 anos de constituição e por último, as famílias completas (aquelas que em razão da morte de um dos cônjuges a sociedade familiar cessa de existir). No caso de casamentos mais duradouros, foram computado sucessivamente os primeiros 5 anos, depois os primeiros 10 anos e período completo do início ao fim da observação.

Quadro nº 9 - Número médio de filhos por família segundo o número de anos da sociedade conjugal. Cartório da Vila de Dr. Bozano, 1925 - 1970.

Período de Ob - serva - ção	Média Geral de filhos	Período quinquenal dos casamentos							
		1926/ 30	1931/ 35	1936/ 40	1941/ 45	1946/ 50	1951/ 55	1956/ 60	1961/ 65
5 anos	2,0	1,9	2,1	1,8	2,0	2,1	2,2	1,9	2,0
10 anos	2,8	2,2	3,2	2,4	2,1	2,7	3,8	3,6	
Fechados	4,4	4,5	5,0	3,8	5,3	3,6			

Fonte: Cartório Registro Civil de Dr. Bozano.

Da tabela anterior torna-se difícil fazer inferências, pois não se define uma tendência no comportamento das famílias. Enquanto o grupo de famílias com até 5 anos de casamento tem um comportamento muito homogêneo e constante; o grupo de famílias com 10 anos de casamento apresenta, a partir de 1936/40, uma tendência de aumento do número de filhos. Já o grupo das famílias fechadas, a par da oscilação, parece indicar a redução do número de filhos por família..

Como o número de famílias observadas é significativamente maior para o caso dos grupos com 5 anos e 10 anos de matrimônio, a tendência observada nos mesmos pode adquirir maior relevância por abranger um universo mais amplo.

As informações que a confecção das Fichas de Famílias permite recuperar, especialmente o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho, e também o número médio de filhos, por família, indicam, de forma surpreendente, uma população tradicional, no sentido que não tem alterado seus padrões de reprodução. Esses dados apresentam-se em aparente contradição com o comportamento geral da população ijuiense, especialmente se forem consideradas as modificações nos níveis de fecundidade.

Esta aparente contradição se explica na medida em que for reconhecido o caráter camponês - conservador - da população de Dr. Bozano, constituída majoritariamente de pequenos proprietários; na maioria católicos; com dificuldade de acesso a anticoncepcionais e à adoção de procedimen-

tos anti-conceptivos, "por contrários à moral". A migração para a cidade representa significativa ruptura dos padrões culturais e, eventualmente, a adoção de novos procedimentos, inclusive em relação à própria família.

A redução dos níveis de fecundidade é um movimento que se observa para o conjunto da sociedade brasileira e especialmente nas áreas urbanas. Essa queda tem-se acelerado nos últimos três decênios, como se pode observar nos resultados dos Censos Demográficos Nacionais. Vários estudos empíricos, entre eles a pesquisa sobre fecundidade realizada pelo CEBRAP, têm contribuído para o melhor conhecimento dos padrões de reprodução da população brasileira.

A urbanização tem sido um dos fatores fundamentais neste movimento de redução da fecundidade. O comportamento da população ijuicense é, nesse sentido, exemplar. Em seu conjunto a fecundidade cai intensamente, não obstante tenha se mantido relativamente estável na área rural. A urbanização ocorrente no município de Ijuí é inversamente proporcional à queda dos níveis de fecundidade.

3.3 - A DINÂMICA E A ESTRUTURA POPULACIONAL DE IJUÍ

A determinação dos padrões de reprodução e dos movimentos migratórios permite determinar o movimento da população, as transformações que ocorrem no dia a dia. Esses movimentos apresentam-se estáticos quando observada a estrutura populacional. Um e outro aspecto da realidade da população interagem mutuamente, a explicação de um deve ser buscada no outro.

A estrutura etária, por sexo, localização e atividade econômica da população são alguns dos fatores que determinam as possibilidades do comportamento reprodutivo e mesmo migratório.

Estabelecida que está a dinâmica da população ijuiense, algumas breves colocações sobre a estrutura populacional dessa mesma população permitirão melhor compreensão do fenômeno.

A observação da estrutura etária nos diversos censos, agrupada em grandes grupos, demonstra claramente um movimento geral de maturação da população em estudo. Conforme o quadro e o gráfico a seguir, a partir de 1914 ocorre progressiva redução do percentual da população jovem (0-19 anos) em benefício do crescimento percentual da população adulta, seja na faixa etária dos 20 - 49 anos, seja na população idosa (50 e mais anos).

Quadro nº 10 - Distribuição percentual da população, segundo o sexo e total, por grupo de idade.

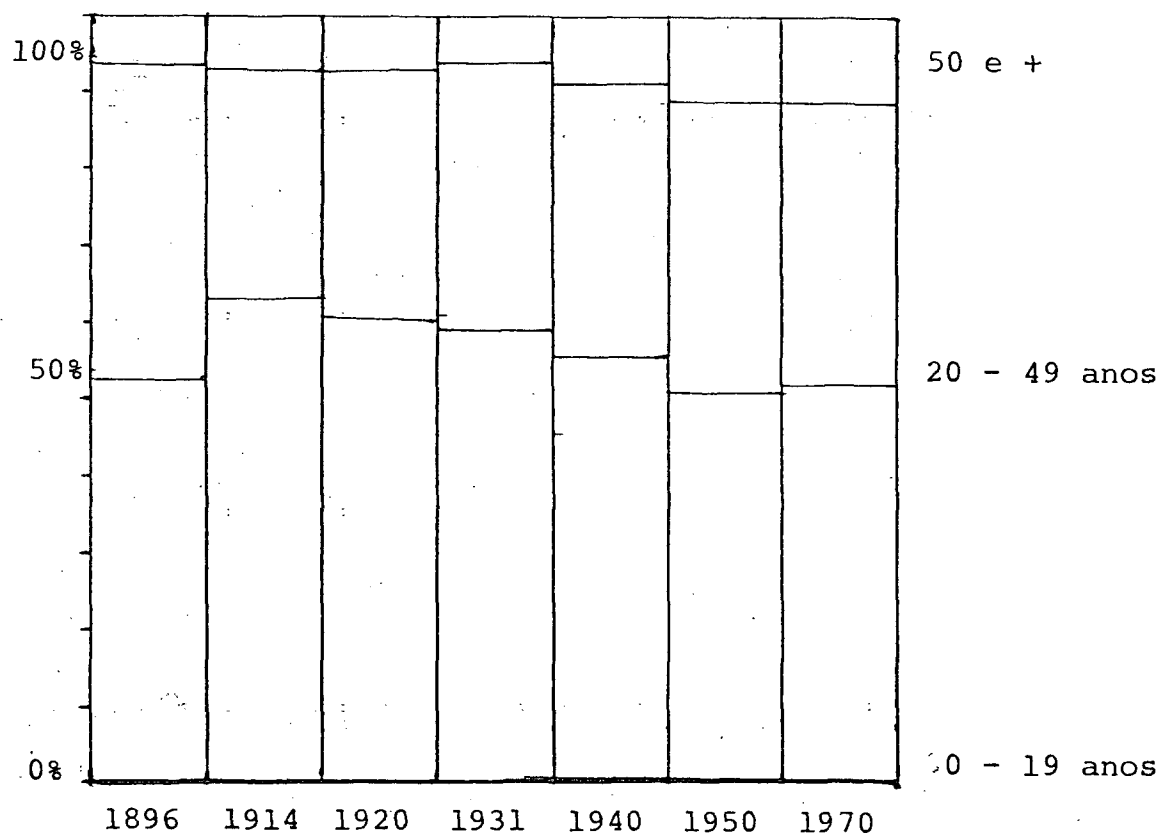
ANO	GRUPOS IDADE								
	0 - 19			20 - 49			50 e mais		
	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
1896	52,8	51,6	54,1	39,5	39,3	39,6	7,64	8,9	6,1
1914	62,3	62,3	62,4	29,5	29,4	29,7	8,0	8,2	7,8
1920	60,2	58,9	61,5	31,9	33,2	30,5	7,8	7,8	7,8
1931	59,7	59,6	59,8	33,1	33,1	33,0	7,0	7,1	7,0
1940	55,0	55,3	54,8	35,8	35,5	36,0	9,1	9,1	9,1
1950	51,0	50,9	51,8	37,9	37,9	37,1	11,0	11,0	11,0
1970	51,2	51,8	50,2	36,7	36,6	37,1	11,9	11,4	12,5

Fonte: Censos Locais e Nacionais.

Esse processo de maturação pode significar a redução da fecundidade/natalidade, a emigração de famílias jovens - constituídas de muitos filhos crianças -, a melhoria dos níveis de saúde com a conseqüente ampliação da expectativa de vida. A ocorrência desses movimentos está demonstrada anteriormente neste trabalho, com o que se tem um conjunto corrente de análise demográfica que é duplamente corroborado.

Relativamente ao processo migratório, a distribuição por idade e sexo é muito elucidativa. O censo de 1896 apresenta o mais alto índice de população adulta (20 - 49 anos) o que está a demonstrar a ocorrência de imigração de pessoas adultas, especialmente homens. A própria divisão Homens-Mulheres reforça o sentido e intensidade do movimen-

Gráfico nº 8 - Repartição da população por grupo de idade, Ijuí, 1896-1970.



Fonte: Censos Nacionais e Locais.

to migratório. Como a imigração é de longo curso, deslocam-se preferencialmente os homens com o que o contingente masculino, é sensivelmente maior que o feminino. Não só o índice de masculinidade geral é maior nos primeiros censos mas especialmente na faixa (20 - 49 anos) a presença masculina é majoritária.

A distribuição da população por sexo demonstra o grau de intensidade do movimento migratório, e nesse sentido a estrutura populacional é seu reflexo. Doutro lado a crescente presença feminina em idade de procriar (15 - 49 anos) é importante fator na determinação do padrão de fecundidade. A população feminina apta à procriação cresce em termos absolutos e relativos com o que é possível manter até 1950 os níveis de natalidade, não obstante a ocorrência da redução da fecundidade observável desde o censo de 1931.

A queda da fecundidade é perceptível também se considerada a estrutura etária que indica a redução percentual do contingente "pessoas jovens" (0-20 anos) desde 1920. Está claro que o comportamento referido não pode ser confirmado unicamente pela composição etária da população, mas é nesse sentido que apresenta a análise da fecundidade anteriormente intentada.

A análise da população, segundo a distribuição rural/urbana da população, demonstra claramente o intenso processo de urbanização com o crescimento da cidade e das oportunidades de trabalho e de vida que ela oferece (Gráfico nº 2). A urbanização crescente pode estar refletindo-se

na acentuação do movimento de queda dos níveis de fecundidade embora não seja o único fator explicativo. A família urbana, a par de estar bem mais exposta às informações de métodos contraceptivos, possui também um conjunto maior de aspirações para seus filhos - educação, saúde, lazer - ao mesmo tempo que é diferenciada sua forma de participação no mercado de trabalho. Os filhos menores só com muitas dificuldades podem ser integrados ao esforço produtivo, tornando-se assim por mais longo período meramente consumidores. Por todas essas razões a crescente urbanização reflete-se na redução da fecundidade.

Estas poucas observações tem unicamente a intenção de melhor ilustrar o comportamento da população objeto da análise e demonstram a profunda interligação entre a dinâmica e a estrutura populacionais. Nem poderia ser doutra forma pois trata-se de uma mesma população.

CONCLUSÕES

A análise da população ijuiense, aqui entendida como aquela que se constitui a partir de 1890, momento do início da ocupação e colonização oficiais do noroeste do Rio Grande do Sul, possibilitou reconstituir a dinâmica populacional apresentada pela mesma no decorrer do período 1890 - 1970. A população analisada está circunscrita espacialmente de vez que foram trabalhadas as informações relativas à população que ocupa um espaço delimitado, que é a ex-Colônia de Ijuhy e neste momento os municípios de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana. Sua identidade é reforçada pela inserção no interior de um mesmo processo econômico-social que determina a ocupação da região noroeste do Rio Grande do Sul e particularmente esta área.

A área em 1890, é muito escassamente, povoada por uma população constituída de nacionais e indígenas, vivendo da subsistência, gênero de vida que usualmente, e com sentido pejorativo, se denomina "caboclo". A área era considerada na época "sertão inóspito", posto que, sendo área de matas não se prestava à exploração pecuária, atividade econômica por excelência no Rio Grande do Sul de então. Sua incorporação à economia gaúcha ocorre em razão da expansão da produção agrícola. A expansão agrícola do Rio Grande do Sul deve ser entendida no interior do processo mais geral da unificação da economia e do mercado nacionais, é em decorrência desse pro-

cesso que se fortalece a "vocaçãõ agrícola" do estado. Está claro que o sucesso da colonizaçãõ nas "Colônias Velhas", o crescente excedente populacional destas áreas e a disponibilidades de terras na zona de matas do planalto gaúcho são as condições imediatas que possibilitam a adoçãõ de uma agressiva política de colonizaçãõ de parte dos governantes riograndenses.

A reconstituiçãõ da estrutura e dinâmica da populaçãõ ijuiense tem como base informações censitários e do Registro Civil. Estiveram sempre presentes as deficiências dessas fontes de informações, haja visto os problemas que os mesmos apresentam, que são de todos conhecidos e que, de qualquer forma, foram referidos anteriormente. Assim sendo, os dados não são tomados como absolutos, mas muito mais como indicadores das tendências e do sentido do movimento da população.

Da análise intentada pode-se afirmar a ocorrência de um amplo processo migratório no decorrer de todo o período. Inicialmente, à época de constituição e consolidação da colônia, o sentido do fluxo é em direção à colônia. A corrente imigratória origina-se das "Colônias Velhas" e de além-mar. Sob o auspícios da Diretoria de Terras da Secretaria de Negócios das Obras Públicas são encaminhadas à nova Colônia europeus de várias nacionalidades, a par de filhos de imigrantes já nascidos no Brasil e mesmo lusobrasileiros. A intensidade do fluxo migratório foi tamanha que em poucos anos estava exaurida a capacidade de

absorção da Colônia. Consolidada a ocupação mantiveram-se estável o sistema de trabalho agrícola, as relações de produção e os mecanismos de apropriação da riqueza produzida... Na medida em que a absorção e mesmo a retenção dos homens à terra dependiam quase que exclusivamente da disponibilidade de novas glebas, configura-se uma situação de crise. Terras disponíveis não há, a alternativa é emigrar. A partir da década de 20 o fluxo migratório muda de sentido, agora é a ex-Colônia que fornece migrantes para a fronteira agrícola vizinha e posteriormente para os centros urbanos, inclusive. Essa população é excedente na medida em que as formas de exploração agrícola não evoluem e que as cidades vizinhas não representam oportunidade de trabalho para os pequenos produtores e seus filhos.

A bipartição da história de Ijuí, do ponto de vista do estudo da história demográfica, aqui postulada, requer uma demonstração que se pretende tenha sido feita, muito embora de forma não exaustiva, no presente trabalho. De qualquer maneira é conveniente ressaltar que da análise do comportamento vital é possível corroborar as conclusões extraídas da observação do movimento migratório. Está demonstrado que as alterações no padrão de reprodução "biológica" da população encontram-se referidas também no próprio processo de desenvolvimento econômico. Agora com uma distinção que é conveniente ressaltar, muito embora a fase de imigração se encerre em meados de 1920 as modificações no padrão de reprodução não são imediatas.

A análise da população, segundo sua distribuição rural/urbana, da população demonstra claramente o intenso processo de urbanização com o crescimento da cidade e das oportunidades de trabalho e de vida que ela oferece. A crescente urbanização pode estar refletindo-se na acentuação do movimento de queda dos níveis de fecundidade, embora não seja o único fator explicativo. A família urbana, a par de estar exposta mais intensamente às informações de métodos contraceptivos, possui também um conjunto maior de aspirações para seus filhos - educação, saúde, lazer. Ao mesmo tempo é diferenciada sua forma de participação no mercado de trabalho, os filhos menores só com muitas dificuldades podem ser integrados ao esforço produtivo, tornando-se assim por mais longo período meramente consumidores. Por todas essas razões a crescente urbanização reflete-se na redução da fecundidade.

Estas poucas observações têm unicamente a intenção de melhor ilustrar o comportamento da população objeto da análise e demonstram a profunda interligação entre a dinâmica e a estrutura populacionais. Nem poderia ser doutra forma, pois trata-se de uma mesma população.

A existência da fronteira agrícola relativamente próxima ao município de Ijuí torna possível num primeiro momento que se mantenham os níveis de reprodução humana. Com a crescente dificuldade de acesso a essa fronteira, o esgotamento progressivo das terras e o incipiente crescimento urbano torna-se cada vez mais problemática a reprodução humana em altos níveis.

O movimento migratório - nas primeiras décadas em direção à colônia e posteriormente a partir dela - acompanha o processo de desenvolvimento econômico da área. Enquanto a produção cresce pela incorporação de novos lotes coloniais e mesmo pela exploração de maior parcela de cada lote, é possível atrair e mesmo reter a população que apresenta altas taxas de fecundidade/natalidade. O esgotamento das terras e sua escassez vão gerar a estagnação da produção agrícola iniciando-se então a migração rural-rural. A partir da década de 50 e particularmente nos anos 60 tem início a modernização agrícola com a implantação da conseqüente concentração da propriedade a expulsão de trabalhadores, meeiros, pequenos proprietários rurais e a ampliação do mercado de trabalho urbano. Esse conjunto de alterações intensifica o processo de emigração, não obstante ocorra o crescimento da produção agrícola através do aumento da produtividade.

As modificações ocorrentes na economia regional são, assim, responsáveis pelo processo migratório e, ao mesmo tempo, embora não de forma exclusiva, agem sobre o comportamento reprodutivo da população ijuiense. Numa conjuntura favorável, os níveis de fecundidade e natalidade são altos; à medida que as dificuldades econômica de acesso aos meios de produção e mesmo ao emprego se acentuam passa a ocorrer a contínua redução dos níveis de fecundidade. Esta redução constata-se já a partir do Censo de 1931. Doutra parte, a natalidade mantém-se por força do crescimento do contingente feminino em Idade de procriar e só vai apresentar redução após 1950.

Não obstante a redução da fecundidade estar ocorrendo há mais de quatro décadas, as populações rurais têm um comportamento reprodutivo tradicional. É o que se depreende da análise da reprodução com base na "reconstituição de família". Com efeito, as informações coletadas para um segmento de população ijuicense, aqueles residentes na área de jurisdição do Cartório do Registro Civil de Dr. Bozano, mantêm um padrão reprodutivo estável a julgar pelo número médio de filhos por família; intervalo intergenésico e, mesmo, idade média ao casar. Esse conservadorismo da zona rural é compensado pelo comportamento da população urbana, e a urbanização acelerada das duas últimas décadas marca profundamente os níveis de fecundidade e natalidade do conjunto da população do município de Ijuí.

Ao finalizar o presente trabalho faz-se necessário ressaltar a necessidade de aprofundar o estudo da questão, diferenciando com maior precisão o comportamento da população segundo seus segmentos sócio-econômicos-proprietários; trabalhadores; profissionais liberais; grupos urbanos e rurais. Nesse sentido, a reconstituição de família, não só do ponto de vista biológico, mas também do percurso social e econômico da família, permitirá a compreensão com maior clareza de um fenômeno que só com muitos riscos é passível de generalizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A - METODOLOGIA

- BALÁN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. ESTUDOS CEBRAP, São Paulo, (5): 5-79, jul./set. 1973.
- COALE, A. J. A transição demográfica. 21 fls. (mimeo.)
- BRASS, William & COALE, A. J. Métodos de análise e avaliação. REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, 36 (141): 45-116, jan./mar. 1975.
- CARLETON, Robert O. Aspectos metodológicos y sociológicos de la fecundidad humana. Santiago de Chile, CELADE, 1970. 207p.
- CIPOLLA, Carlo M. História econômica de la población mundial. Buenos Aires, EUDEBA, 1964. 125p.
- FLEURY, Michel & HENRY, Louis. Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'Etat Civil Ancien. Paris, INED, 1965. 182p.
- FREEDMANN, Ronald. Comp. La Revolución demográfica mundial. México, UTEHA, 1966.
- HENRY, Louis. Técnicas de análise em demografia histórica. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977. 165p.
- KOCHER, James E. Desarrollo rural, distribución del ingreso y disminución de la fecundidad. México, LIMUSA, 1976. 131p.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento emigração: uma abordagem histórico estrutural. ESTUDOS CEBRAP, (6): 125-142, out./dez. 1973.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Org. Demografia histórica. São Paulo, Pioneira, 1977. 261p.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo, povoamento e população 1750-1850. São Paulo, Pioneira, EDUSP, 1974. 220p.
- MARGULIS, Mario. Migración y marginalidad en la sociedad argentina. Buenos Aires, Paidós, s.d. 207p.
- MÁRMORA, Lélío. El estudio histórico-estructural de los movimientos poblacionales em América Latina. In: CASTELLS, M. Org. Imperialismo y urbanización en América Latina. Barcelona, Gustavo Gili, 1973. p. 58-59.

- MUÑOZ, Humberto et alli. Los migraciones internas en América Latina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974. 123p.
- PATARRA, Neide Lopes. Transición demográfica resumen histórico o teoría de población? DEMOGRAFIA Y ECONOMIA . México, 7 (1): 86-95, 1973.
- PRESSAT, Roland. El análisis demográfica. México, Fondo de Cultura Económica, 1973. 440p.
- REINHARD, Marcel & ARMENGAUD, André. Historia de la población mundial. Barcelona, ARIEL, 1966. 744p.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas & MORENO, José Luis. La población de América Latina. Buenos Aires, Paidós, 1968. 183p.
- SAUVY, Alfred. Elementos de demografía. Rio de Janeiro , Zahar, 1979. 340p.
- SAUVY, Alfred et alli. Historia del control de nacimiento Barcelona, Península, 1972. 472p.
- SINGER, Paul Israel. Dinámica de la población y desarrollo México, Siglo XXI, 1971. 233p.
- SINGER, Paul Israel. Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não desenvolvidos. São Paulo , CEBRAP, 1970. 63p. (Cadernos CEBRAP, 18).
- TABAH, Léon & COSÍO, Maria Eugenia. Medición de la migración interna a través de la información censal: el caso de México. DEMOGRAFIA Y ECONOMIA, México, 4(1): 43-84, 1970.
- VIANNA, Luis Werneck. Leis sociais e demografia. ESTUDOS CEBRAP, (21): 93-147, jul./set. 1977.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. Abranches: um estudo de história demográfica. Curitiba, Ed. Gráfica Vicentina , 1976. 84p.

B - FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- BALHANA, Altiva Pilatti. História demográfica do Paraná . BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Departamento de História, (10), 1970. (Separata).
- BERQUÓ, Elza. Nota: qual terá sido a natalidade no Brasil em 1970? ESTUDOS CEBRAP, (21): 171-72, jul./set., 1977.

- CAMARGO, Cândido Procópio F. et alli. Composição da população brasileira. São Paulo, CEBRAP, 1976. 63p. (Cadernos CEBRAP 15).
- CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Fac. de Filosofia, Universidade do Brasil, 1950.
- CARVALHO, José Alberto Magno de. Tendências regionais de fecundidade e mortalidade no Brasil. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1974. 95p.
- CASTRO, Antonio de Barros. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, São Paulo, Forense, 1971. 2v.
- CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. Pesquisa nacional sobre reprodução humana. São Paulo, 1980. 245p.
- CORADINI, Odaci Luis. Estrutura agrária, classes sociais e cooperativismo no Sul do Brasil. 219p. (Dissertação de Mestrado Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais).
- COSTA, Manoel Augusto. Coord. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, INPES, 1971. 189p.
- COSTA, Rovilio et alli. Imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, SULINA, 1974. 142p.
- CUPERTINO, Fausto. População e acumulação. VOZES, 71 (5): 15-28, jun./jul. 1977.
- DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda.
- FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1977. v. 9.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha. 2 ed. Porto Alegre, 1975. v. 1, 77p.
- FUNDAÇÃO IBGE. Encontro brasileiro de estudos populacionais. Rio de Janeiro, Diretoria de Divulgação, 1976. 646p.
- GRAHAN, Douglas H. Padrões de convergência e divergência do crescimento econômico regional e das migrações no Brasil, 1940/1960. REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA, Rio de Janeiro, 23(2): 53-76, jul./set. 1969.

- GRAHAN, D. H. & HOLANDA, Filho, Sérgio Buarque de. Migra - tion, regional and urban growth and development in Bra - zil: a seleclive analysis of the historical record 1872 1970. São Paulo, IPE, USP, 1971. v. 1. 15lp.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- HUGON, Paul. Demografia brasileira. São Paulo, Atlas , EDUSP, 1973. 342p.
- INDICADORES SOCIAIS RS, Porto Alegre, 3(3): 162p. 1975.
- INDICADORES SOCIAIS RS, Porto Alegre, 4(4): 1976. 70p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aspectos de geografia Riograndense. Rio de Janeiro, Serviço Grá - fico do IBGE, 1954. 23lp.
- LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane Cruxên. A coloniza - ção alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Movimento, IEL, 1976. 94p.
- LAZZAROTO, Danilo. História de Ijuí. Ijuí, FIDENE, 1977. 4lp.
- LAZZAROTO, Danilo. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Sulina, 1971. 186p.
- MARCÍLIO, Maria Luiza et alli. Crescimento populacional , histórico e atual e componentes do crescimento, fecundi dade e migrações. São Paulo, CEBRAP, 1973. 169p. (Ca - dernos CEBRAP 16).
- OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à ra zão dualista. SELEÇÕES CEBRAP, (1): 5-78.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imper - feita. Rio de Janeiro, Graal, 1977. 159p.
- PRADO JUNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Pau lo, Brasiliense, 1979. 188p.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul . Porto Alegre, Globo, 1969. 2v.
- SANTOS, José Vicente dos Santos. Colonos do vinho. São Paulo, HUCITEC, 1978. 182p.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí - Mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974. 159p.

- SILVA, J. F. Graziano da. Coord. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978. 267p.
- SINGER, Paul Israel et alli. Estudos sobre a população brasileira. São Paulo, CEBRAP, s.d. 45p. (Cadernos CEBRAP, 20).
- SOUZA, Itamar de. Migrações internas no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980. 142p.
- WESTPHALEN, Cecília Maria et. alli. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Departamento de História, (7), 1968.

C - FONTES DOCUMENTAIS

- AJURICABA. Cartório do Registro Civil. Livros de Atas de Nascimentos, Óbitos, Casamentos. 1912-1970.
- AUGUSTO PESTANA. Cartório do Registro Civil. Livros de Atas de Nascimentos, Óbitos, Casamentos. 1912-1970.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico. 1920, 1940, 1950, 1960, 1970.
- CASTRO, Evaristo Affonso de. Notícia descritiva da Região missioneira da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Cruz Alta, Typographia do Commercial, 1887. 2v.
- CUBER, Antoni. Nas margens do Uruguai. Ijuí, FIDENE, 1975. 45p.
- DR. BOZANO (Vila). Ijuí. Cartório do Registro Civil. Livros de Atas de Nascimentos, Óbitos, Casamentos. 1925-1970.
- IJUÍ. Intendência Municipal. Relatórios anuais. 1912-1932.
- IJUÍ. Cartório do Registro Civil. Livros de Atas de Nascimentos, Óbitos e Casamentos. 1900-1970.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Negócios das Obras Públicas. Relatórios Anuais. 1890-1911.

A N E X O S

ANEXO Nº 1 - Movimento anual de nascimentos, Ijuí - 1890 - 1970.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL					
Ano	Ijuí	Ajuricaba	Augusto Pestana	Dr. Bozano	Total
1890	41	5	10		56
1891	46	6	7		59
1892	144	2	11		157
1893	154	6	13		173
1894	204	5	9		218
1895	318	11	18		347
1896*	281	11	16		308
1897	192	19	14		225
1898	207	11	17		235
1899	292	24	17		333
1900	221	21	9		251
1901	382	16	14		412
1902	475	30	22		527
1903	415	25	20		460
1904	512	23	22		557
1905	477	31	25		533
1906	446	40	17		503
1907	568	58	27		653
1908	647	54	21		722
1909	546	82	26		654
1910	530	79	30		639
1911	514	140	46		700
1912	730	231	102		1063
1913	617	211	130		958
1914	536	259	151		946
1915	414	244	143		801
1916	636	286	175		1097
1917	665	283	177		1126
1918	642	285	199		1125
1919	683	257	173		1113
1920	685	143	194		1022
1921	665	285	101		1052
1922	689	308	149		1146
1923	642	80	212		934
1924	661	179	215		1055
1925	652	316	197	92	1257
1926	606	323	222	166	1317
1927	668	352	242	172	1434
1928	521	37	244	196	998
1929	605	247	238	185	1275
1930	669	372	308	199	1548
1931	565	242	314	135	1256
1932	624	341	253	135	1353
1933	616	58	251	158	1083
1934	681	314	209	162	1366
1935	739	297	236	172	1444
1936	751	222	256	154	1494
1937	779	375	215	153	1522
1938	776	327	227	208	1538
1939	805	346	277	152	1580
1940	830	311	216	179	1537
1941	763	323	240	146	1472
1942	817	310	274	171	1572
1943	865	393	300	176	1734
1944	885	310	257	180	1632
1945	968	396	146	206	1716
1946	895	348	240	159	1642
1947	909	104	236	153	1402
1948	1093	242	219	174	1728
1949	1042	363	262	172	1839
1950	1080	337	242	191	1850
1951	985	369	272	170	1795
1952	1019	402	271	182	1874
1953	686	343	233	182	1444
1954	1102	395	224	173	1894
1955	1221	394	250	191	2055
1956	1104	349	211	191	1855
1957	1303	389	236	180	2108
1958	1276	426	225	183	2110
1959	1282	453	243	194	2172
1960	1262	541	236	177	2217
1961	1252	176	253	156	1837
1962	1376	366	297	166	2205
1963	1403	354	315	172	2246
1964	1406	343	261	185	2195
1965	1342	377	324	166	2209
1966	1320	396	320	148	2184
1967	1375	428	287	155	2245
1968	1278	491	283	119	2171
1969	1415	309	242	125	2091
1970	1322	369	228	104	2023

Fonte: Atas do Registro Civil, Cartório de Ijuí, Augusto Pestana, Ajuricaba e Dr. Bozano.

* As ocorrências anteriores à 1896 referem-se a registros atrasados.

ANEXO Nº 2 - Movimento anual de óbitos, Ijuí - 1890 - 1970.

CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL					
Ano	Ijuí	Ajuricaba	Augusto Pestana	Dr. Bozano	Total
1890					
1891					
1892					
1893					
1894					
1895					
1896					
1897					
1898					
1899					
1900	4				4
1901	47				47
1902	82				82
1903	66				66
1904	50				50
1905	55				55
1906	59				59
1907	69	1			70
1908	78				78
1909	129				129
1910	141	3			144
1911	123	3			126
1912	144	40	24		208
1913	154	51	28		233
1914	156	69	39		264
1915	180	46	27		253
1916	155	43	24		222
1917	141	46	41		238
1918	199	56	51		306
1919	168	64	28		260
1920	133	43	24		200
1921	147	42	34		221
1922	159	52	22		233
1923	164	63	27		254
1924	125	67	28		240
1925	133	56	29	22	240
1926	105	63	26	52	246
1927	124	49	26	59	258
1928	115	49	24	50	238
1929	114	64	32	43	253
1930	106	21	29	35	191
1931	118	55	25	47	245
1932	96	54	58	30	238
1933	106	50	45	38	239
1934	111	103	71	42	327
1935	99	52	53	28	232
1936	103	34	41	39	217
1937	103	50	54	24	231
1938	118	70	56	27	271
1939	150	73	50	33	305
1940	184	66	61	26	337
1941	168	90	62	20	340
1942	226	65	80	30	401
1943	197	82	72	37	388
1944	199	75	65	27	366
1945	203	53	64	27	347
1946	166	74	58	27	325
1947	145	58	54	23	280
1948	167	60	60	32	319
1949	161	61	70	31	329
1950	151	60	73	19	303
1951	172	70	73	23	345
1952	192	53	74	20	339
1953	177	55	50	27	309
1954	165	35	40	19	259
1955	233	52	60	17	362
1956	231	57	124	7	419
1957	218	50	55	19	342
1958	212	35	65	26	338
1959	242	61	46	39	388
1960	232	46	60	24	362
1961	182	35	55	20	292
1962	210	30	75	30	345
1963	201	41	47	26	315
1964	236	63	69	18	386
1965	301	40	81	24	446
1966	327	44	98	20	429
1967	272	60	82	14	428
1968	270	35	67	13	425
1969	325	70	70	15	480
1970	306	58	96	16	476

ANEXO Nº 3 - Movimento anual de Casamento, Cartório de Registro Civil de Dr. Bozano (Ijuí). 1925 - 1970.

CASAMENTOS	
Ano	Dr. Bozano
1925	25
1926	32
1927	31
1928	23
1929	24
1930	29
1931	25
1932	24
1933	34
1934	34
1935	30
1936	21
1937	28
1938	29
1939	40
1940	25
1941	18
1942	43
1943	31
1944	40
1945	27
1946	38
1947	34
1948	35
1949	38
1950	27
1951	32
1952	32
1953	32
1954	30
1955	28
1956	18
1957	26
1958	26
1959	28
1960	28
1961	36
1962	35
1963	27
1964	26
1965	27
1966	58
1967	29
1968	43
1969	31
1970	43

ANEXO Nº 4 - Distribuição por idade e sexo da população residente em Ijuí, segundo os vários censos.

a) Ano de 1896, Censo Local.

	1896		
	M	F	TOTAL
0 - 5	370	334	704
5 - 9	281	248	529
10 - 14	220	211	431
15 - 19	170	150	320
20 - 29	274	261	535
30 - 39	316	265	581
40 - 49	203	165	368
50 - 59	121	75	196
60 - 69	44	22	66
70 e +	15	10	25
	2014	1741	3755

b) Ano de 1914, Censo Local.

	1914		
	M	F	TOTAL
0 - 7	3576	3518	7094
8 - 20	4477	4228	8699
21 - 50	3802	3690	7492
50 e +	1070	970	2040
	12925	12400	25325

c) Ano de 1920, Censo Nacional.

1920			
	M	F	TOTAL
0 - 20	9556	9491	19052
21 e +	6668	5916	12584
	16224	15412	31636

d) Ano de 1931, Censo Local.

1931			
	M	F	TOTAL
0 - 7	5301	4817	10118
8 - 20	6102	6322	12424
21 - 50	6346	6156	12502
50 e +	1368	1306	2674
	19117	18601	37718

e) Ano de 1940, Censo Nacional.

	1940		
	M	F	TOTAL
0 - 9	6715	6408	13123
10 - 19	5166	5349	10515
20 - 29	3473	3760	7233
30 - 39	2395	2365	4760
40 - 49	1758	1602	3360
50 - 59	1062	993	2055
60 - 69	579	603	1182
70 e +	324	361	685
Ignorada	10	11	
	21482	21452	42934

f) Ano de 1950, Censo Nacional.

	1950		
	M	F	TOTAL
0 - 5	4004	3699	7703
5 - 9	3310	3241	6551
10 - 20	3081	2905	5991
20 e t	17540	17715	35255
	24854	24655	49503

g) Ano de 1970, Censo Nacional*.

	1970		
	M	F	TOTAL
0 - 5	4944	4804	9748
5 - 10	5285	5030	10315
10 - 15	4734	4557	9291
15 - 20	4083	4138	8221
20 - 30	5725	5817	11542
30 - 40	4403	4491	8894
40 - 50	3342	3392	6734
50 - 60	2199	2341	4540
60 - 70	1272	1368	2640
70 e +	741	903	1644
Ignorada	25	25	50
	36753	36866	73619

* Incluindo a população dos municípios de Ajuricaba e Augusto Pestana.

ANEXO Nº 5 - Distribuição da população ijuiense segundo a localização.

Ano	População		
	Urbana	Rural	Total
1896			5.228
1914	1.451	23.674	25.325
1920			31.636
1931	3.494	34.224	37.718
1940	6.111	36.823	42.934
1950	9.472	40.037	49.509
1960	21.399	41.951	63.350
1970*	35.011	39.730	74.741

* Inclusive a população dos municípios de Ajuricaba e Augusto Pestana.

ANEXO nº 6 - Distribuição da população segundo grupos de idade, total e por sexo. Ijuí, 1896-1970.

ANO	G R U P O S I D A D E								
	0 - 19			20 - 49			50 e mais		
	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
1896	1984	1041	943	1484	793	691	287	180	107
1914	15793	8053	7746	7492	3802	3690	2040	1070	970
1920	19052	9556	9491	10111	5399	4716	2473	1269	1205
1931	22542	11403	11139	12502	6346	6156	2674	1368	1306
1940	23638	11881	11757	15374	7636	7738	3922	1965	1957
1950	25259	12675	12777	18788	9441	9162	5450	2738	2716
1970	37575	19046	18529	27220	13470	13700	8824	4212	4612

Fonte: Censos Nacionais e Locais.

ANEXO Nº 7 - Fichas de "Reconstituição de Família" ,
modelo proposto por HENRY e FLEURY.

NOMES

Mother: AOZANI Prenome: Rosa Filha

Anna Sandri
Enrique ROZANI
Angela Rozani

PROFISSÃO Agricultor 1ª. Geração

[illegible]

